



CADERNOS DA

FAMPER:

INSTRUMENTO PARA PUBLICAÇÕES DE INTERESSE DA
COMUNIDADE REGIONAL





CADERNOS DA

FAMPER:

INSTRUMENTO PARA PUBLICAÇÕES DE INTERESSE DA
COMUNIDADE REGIONAL

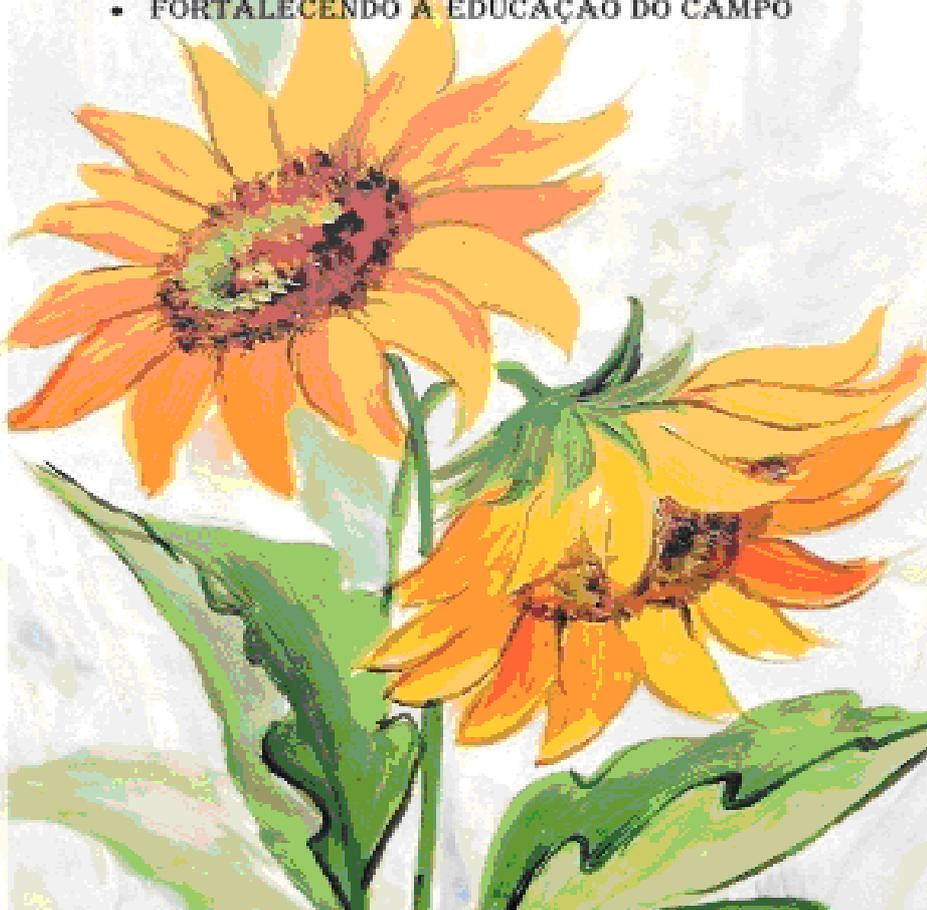
FAMPER – Ampère - Pr





III SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

- CONSTRUINDO SUJEITOS
- FORTALECENDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO



Data: 06 e 07 de Novembro - 2008

Local: Centro Comunitário Linha São Paulo - Ampère - PR.

Promotores:

Articulação Sudoeste "Por Uma Educação
do Campo".
Território Sudoeste

Apoio:



Cadernos da Famper

Faculdade de Ampére – FAMPER

Número 01 – Ano 01 – Volume 01 – 2009

Entidades Parceiras deste volume: Unioeste, Assesoar, Famper, Infocus, Cresol, Ufpr, Vizivali, Prefeitura Municipal de Ampére, Comunidade e Escola Linha São Paulo - Ampére, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ampére, Núcleos Regionais de Educação de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão.

Organizadores deste volume: Solange Todero Von Onçay, Andréia Vansetto Soares, Amaro Korb Rabelo, Jaci Poli, Rogério Rech.

Ficha Catalográfica

Articulação Sudoeste por Educação do Campo, Faculdade de
Ampére – FAMPER.
Cadernos da Famper.

Número 1 – Ano 1 – Volume 1 – 2009.

Publicação Anual.

ISSN:

1. Educação.

CDD

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não necessariamente apresentam a opinião desta Instituição de Ensino. “Cadernos da Famper”, é um espaço para publicações de interesse da comunidade contemplando reflexões de eventos regionais.

Informações: 46 – 3547 3031

Rua dos Andradas, 144.

Cep: 85640-000

Ampére - Pr

E-mail: famper@famper.com.br

SUMÁRIO

Histórico do III Seminário Regional de Educação do Campo	08
Objetivos do III Seminário Regional de Educação do Campo	09
Mística de Abertura do Seminário	10
Painéis temáticos	13
Oficinas	42
Apêndices	58

III Seminário Regional de Educação do Campo
Ampére - PR, 06 e 07 de Novembro 2008.

Construindo Sujeitos
Fortalecendo a Educação do Campo

O Cântico da Terra

(Poema trabalhado na mística de abertura do seminário)

Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, e veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.

A ti, ó lavrado, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.

Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
do gado e da tulha.
Fatura teremos
e donos de sítio
felizes seremos.

Cora Coralina

(POÉTICA BRASILEIRA - Coleção de poetisas e poesias do Brasil)

EDITORIAL N° 01/2009

É com grande satisfação que a equipe organizadora deste caderno apresenta de forma escrita o vivenciado por educadores e comunidade em geral no Terceiro Seminário Regional de Educação do Campo.

Este trabalho surge da necessidade de estarmos cumprindo com um dos objetivos do seminário que é construir políticas públicas a partir de referências dos sujeitos do campo.

Convidamos o leitor a compartilhar do idealismo das proposições aqui descritas, gostaríamos que este escrito contribuísse com a compreensão da significação deste seminário e do movimento de Educação do Campo.

Boa leitura!

Equipe Organizadora.

HISTÓRICO DO III SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO¹.

¹ Evento realizado no dia 06 e 07 de 2008 em Ampére – PR.

Coordenação do Seminário

Desde 1997 vem sendo debatida a necessidade de uma nova forma de compreender e fazer a educação que tenha como ponto de partida a realidade do campo. Os povos do campo, formados pelos agricultores familiares, camponeses, quilombolas, índios e outros, querem que a educação seja adequada à sua realidade, olhando o mundo e a sociedade a partir de sua maneira de pensar, de sua cultura e da sua forma de viver. Esse debate sobre a Educação do Campo começou em 1997, com a realização do 1º Encontro Nacional de Educação da Reforma Agrária, que aconteceu na cidade de Luziânia, perto de Brasília.

No Sudoeste esse debate também começou a partir desse ano. Para coordenar esse trabalho foi organizada a Articulação Sudoeste de Educação do Campo, formada pelas organizações, entidades e movimentos populares preocupados com a educação em nosso território. Esse processo não aconteceu de forma isolada no Sudoeste. Esteve sempre articulado com o debate no Paraná e no país.

No ano de 2008, as discussões do Território Sudoeste do Paraná, giraram em torno da revisão e aprofundamento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e na definição da sua política de desenvolvimento territorial, a Articulação Sudoeste de Educação foi reconhecida como espaço para o debate da educação, constituindo-se assim como Câmara Temática do Território.

OBJETIVOS DO III SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para o seminário realizado houve objetivos gerais e específicos, construído a partir de reuniões da articulação durante o ano de 2008.

Objetivos gerais:

- Fortalecer Políticas Públicas de Educação do Campo no Sudoeste Paranaense, através de processos articulados envolvendo Entidades, Organizações e Movimentos Sociais do Campo, Sistemas de Ensino Públicos Municipal e Estadual, Universidades Públicas, Comunitárias e Privadas, tendo como espaço constituído de debates coletivos as Articulações Sudoeste e Paranaense de Educação do Campo e como fundamento as diretrizes de Educação do Campo para a formação de sujeitos do desenvolvimento e da transformação do campo.

Objetivos específicos:

- Elaborar um referencial político e pedagógico para disseminação da Educação do Campo nos Sistemas Municipais de ensino no Sudoeste do Paraná, a partir das diretrizes da Educação do Campo.

-Propor um referencial político e metodológico para o sistema de ensino público estadual no Sudoeste do Paraná a ser implantado como referência pelo governo estadual, em parceria com a Articulação Sudoeste de Educação do Campo.

-Construir elementos de referência política e pedagógica para o desenvolvimento de experiências em educação do campo no âmbito dos programas de formação das entidades e organizações, movimentos sociais.

-Propor um referencial político e pedagógico para o desenvolvimento da Educação do Campo no ensino superior na formação de educadores e educadoras do campo.

MÍSTICA DE ABERTURA DO SEMINÁRIO.

Para os movimentos populares a mística é um evento de partilha, de compreensão, de reflexão. A equipe que trabalhou este fundamento organizou a abertura em dois momentos. O Anexo 02 mostra em arquivo fotográfico representantes de entidades presentes.

Primeiro Momento.

Representação do campo a serviço do Capital do agronegócio que desmata, polui, degrada o meio ambiente e transforma tudo em mercadoria concentrando os recursos na mão de poucos. A cena passa em um espaço aberto do campo com máquinas e uma ceifa parada nos fundos. Uma máquina é ligada, as plantas vão sendo derrubadas por homens. O verde vai indo para o chão.

Um grupo de pessoas com carretas da morte carregando plaquetas com sementes de origem transgênica, nanotecnologia, agrotóxicos, movimentam-se. Em função do histórico da abertura da escola aparece o fechamento da escola de Linha São Paulo onde alunos fazem esta representação, fruto da política de esvaziamento do campo. As crianças tristes saem com as sacolas nas mãos.

A partir de uma música dos movimentos sociais, entra um grupo de pessoas com as bandeiras e símbolos Movimentos Sociais e convida todos para entrarem no túnel que conduz ao espaço do Seminário. O Túnel é um espaço que permite as pessoas refletirem sobre a degradação ambiental, fruto do modelo capitalista de campo representado pelo túnel escuro, lona preta, areia no chão, lixo, galhos secos, degradação ambiental, imagem e informações com dados da erosão ambiental.

Aparecem modificações no túnel: luz, vida, alimentos, verdes, frutas, flores imagens de participação alegria, finalizando com um corredor humano com as crianças formando um girassol no rosto.

Segundo Momento.

No salão se dramatiza a poesia “Nascer da Terra”. Ao ser recitada os educandos vão dramatizando o poema a seguir:

“Terra é mais que terra, é canteiro, é ventre onde mãos calejadas semeiam a semente sonhando com os frutos que alimentarão seus filhos e filhas e os filhos e filhas de todas as gerações.”

Neste momento um monte de terra coberto por um TNT marrom rodeado das bandeiras que encaminharam o povo para dentro, fazem movimentos das bandeiras ao redor deste cenário.

Alguém está acororado na terra, o corpo todo coberto de barro vai se erguendo. *“Terra é orvalho, chuva, é paixão. É lua, sol, trabalho, suor, fartura, cultura, oração, porque bem diz o poeta: A gente cultiva a terra e a terra cultiva a gente.”*

Neste ato algumas pessoas com regadores, molham e as sementes são jogadas. *“Na colheita da espiga, cantam homens e mulheres, da riqueza dos saberes, foram muitas mãos amigas, para esta plantação, no pulsar do coração, sob a luz de pirilampos, o campo se faz canção.”*

Pessoas com peneiras vão chegando, dançam ao redor, abanam, movimentam as sementes alimentos, produtos são trazidos. *“Homens e mulheres, o negro, o quilombola, com seu canto de Afoxé, Tibuna, Caiaté, Terena, Caigangue, Guarani, Castanheiros, Seringueiros, pescadores, bóias frias e posseiros com certeza estão de pé.”*

Entra o agricultor caracterizado com enxadas, produtos, chapéu. *“Sujeitos de a cultura a nossa agricultura construir uma nação construir soberania prá viver o novo dia com mais humanização”.*

Aparecem instrumentos musicais o violão, gaita e o grupo de sertanejos que permanecerão para cantar o Hino Nacional. Ampliação da Capa do CD da Educação Campo que também seria trazido. *“A Educação do campo quer construir ela é*

instrumento do povo trabalhador que de mão a mão vai traçando o rumo de a libertação cultivar a esperança construir sabedoria”.

A parecem bandeira da educação do campo, Baner de Paulo Freire, Gramsci. Marx. “Sonho que brota da Terra, regado por liberdade com crença no ser humano e na coletividade dentro da realidade, ensinar e aprendera educação do campo tem amor por este chão querendo ser alicerce de uma nova nação vendo presente no povo uma pedagogia que faz do campo uma canção.”

Sai o personagem do meio da Terra, em papel pardo um grande desenho do símbolo da Educação do Campo e das diretrizes estaduais e nacionais. A pessoa em barro retira da terra e o mesmo é passado aos que estão ali. Seriam após algum movimento de dança próximo, formando o espaço o palco. “Plantei em mutirão, adubei a terra em minha rebeldia, busquei água na fonte da esperança, tu crescestes ficou forte, deu flores, até frutos não posso negar me inspirei e te fiz uma canção, e semente ajudei a plantar.”

Neste momento baixar o banner da Educação Campo e as pessoas se dão as mãos e cantando a canção “Não vou sair do campo” .

A mesa foi composta, Elizeu da APAE do município de Santa Isabel cantou o hino nacional.

PAINÉIS TEMÁTICOS.

Durante o ano de dois mil e oito a Articulação Sudoeste de Educação do Campo construiu a partir do vivenciado em outros seminários e da pertinência dos assuntos algumas proposições de temas. A partir disso se trabalhou nomes para construção do evento. Estas pessoas enviaram também um material escrito para publicação. Os materiais que chegaram à forma de apresentação foram organizados para texto.

OS RUMOS DA SOCIEDADE E A ESCOLA PÚBLICA: UM OLHAR DESDE O CAMPO.

Valdir Duarte ²

Somos educadores. Aqui queremos focar especialmente a contribuição educativa das Escolas Públicas, estes espaços educativos constituídos e geridos pelo Estado, cumprindo formalmente uma determinação constitucional: o ensino escolar público. Trata-se de uma atribuição historicamente atribuída ao Estado por força de relações sociais, especialmente as ligadas a como a humanidade tem resolvido suas necessidades materiais. Com isso, nos damos conta de que, nem sempre, cabia ao Estado a responsabilidade legal de garantir a todos e todas o tipo de conhecimento definido como escolar.

Lembremos ainda que a forma como estes direitos individuais e estes deveres do Estado se tornam efetivos em cada sociedade e em cada tempo dependem das forças capazes de definir o seu conhecimento como sendo universal e socialmente necessário.

Que caráter tem o conhecimento escolar atual? Como ele é produzido e organizado? Quem decide o que deve e o que não deve ser ensinado às crianças e à juventude? Com base em que interpretação do mundo formula-se o que deve e como deve ser ensinado? Que formas de convivência intersubjetiva e social a escola pública contribui para projetar e efetivar?

² Integrante da Equipe da Assesoar. Formado em Filosofia pela Unisinos/RS, Mestre em Educação pela UNICAMP/UNC, Doutorando pela UNAM/AR.

Que seres humanos moldam-se no dia-a-dia das escolas públicas? Como estes sujeitos interpretarão o mundo em que vivem e tomarão as decisões?

Os avanços no acesso à escola pública (fruto de lutas sociais tenazes) trazem consigo as contradições típicas da forma capitalista de viver e pensar, e é por isso que tem sentido estarmos coletivamente tratando das questões relativas ao futuro do ensino dos povos que vivem no campo com base na análise da realidade atual.

Por debates anteriores, há acordos que o Sudoeste do PR é um lugar, que se insere e posiciona na sociedade comungando com o referencial predominante no Brasil e na América Latina. Contudo, este referencial geral aplica-se de uma forma determinada quanto à economia, à infra-estrutura, à política e à educação pública em cada contexto.

Como o Sudoeste do PR educa seu povo para projetar e gerir o futuro?

Tratando de projetar o futuro, observamos que, de forma geral, hoje se pensa que quem deve decidir o presente e o futuro são os governos (legislativo, executivo e judiciário) e as empresas, numa dinâmica onde os primeiros aprovam leis, garantias e incentivos para os segundos.

Tem sido padrão no pensamento oficial do Sudoeste do Paraná, ao dinamizar a sociedade, que os governos devem incentivar, com recursos públicos, a vinda de empresas e capital, porque se entende que gerarão emprego e bem-estar para a população, que seja possível saciar a sede de acumulação ao mesmo tempo em que se realiza o bem-estar geral. Tal diretriz não só é afirmado todo dia por autoridades formais, como está no imaginário da grande maioria das pessoas, com maior grau de escolarização ou não. Nossa reflexão poderia constatar que, se tal proposição fosse eficaz, a maioria da população do Sudoeste do PR, especialmente a juventude, não teria saído do campo para as cidades, das cidades pequenas para as maiores e do Sudoeste do PR para os lugares que concentram as riquezas.

Para falar apenas dos indicadores econômicos, o Sudoeste empobreceu em relação aos centros industriais maiores do PR, por uma razão muito simples: os

governos onde se concentram as atividades industriais sempre têm mais e maiores 'doações' a fazer aos empresários das indústrias e dos serviços. Assim, normalmente sobram para o Sudoeste do PR atividades econômicas de menor valor agregado ou mesmo matéria prima bruta que, vendidos por baixo preço por estes centros maiores, são recompradas depois por um preço maior.

Realiza-se desta forma a conhecida (e atual) máxima do capitalismo: a falta e a carência da maioria da população e das regiões é que possibilita a pujança de poucos lugares – os grandes centros industriais, uma modalidade interpretativa que se aplica também para compreender as diferenças entre nações. Fica evidente que quando os governantes do Sudoeste do PR fazem seu 'canto de sereia' para atrair capital e empresas, estão agarrados a uma quimera. Uma fantasia que talvez ocupe as mentes da maioria de nós.

Este jeito de pensar o desenvolvimento supõe e afirma como “natural” a forma de relacionamento concorrencial e competitiva. Regiões, governos, empresas e indivíduos competem entre si, partindo do pressuposto de que não há lugar para a dignidade de todos/as na sociedade e os menos empreendedores, naturalmente ficarão à margem.

Aparentemente torna-se vital ser 'empreendedor', ser 'criativo' para existir dignamente ao concorrer com o outro. Por força deste trabalho de convencimento, o empreendedorismo transforma-se em filosofia de convivência, transcendendo o mundo empresarial dos negócios para a atitude cotidiana dos indivíduos. O sujeito a ser formado é o sujeito concorrente, inovador e criativo, esforçado em garantir seu espaço e bem estar social contra e sobre os outros se for necessário. Um sujeito que imagina ser possível resolver por esforço individual aquilo que a sociedade lhe nega estruturalmente.

Para a constituição massiva do 'sujeito concorrente', torna-se necessário que as instituições da sociedade, estatais ou civis, adotem o empreendedorismo como modalidade natural e desejável de convivência. É por isso que os governos passam a trabalhar com os métodos de gestão empresarial para administrar os bens públicos e a racionalidade econômica é assumida no que diz respeito às necessidades básicas da

maioria da população. Deriva deste enfoque a redução dos investimentos na saúde, na habitação, no saneamento e, o que nos interessa diretamente nesta reflexão, na educação pública.

Professores e estudantes passam a ser tratados como despesas, cujos custos devem ser sempre e necessariamente diminuídos. Como consequência, o pagamento do trabalho dos professores/as e de outros servidores/as torna-se aviltantes, a formação normalmente reduzem-se a palestras esporádicas e cursos acelerados, as escolas padecem por falta de estrutura e recursos didáticos, cuja carência deve ser suprida pela comunidade e/ou por voluntários e a carga de trabalho dos professores/as os impede de dialogar e expandir sua criatividade. Parece um contra - censo, mas enquanto se prega a criatividade aos indivíduos para sobreviver, aos professores se estabelece um conjunto de regras e ordens que lhes amarra mãos e cabeças. Por isso, os esforços de professores/as para romper estes limites, criar pedagogicamente para humanizar o ensino são, normalmente, atos baseados em dedicação e obstinação pessoal. Sim, porque mesmo grande parte de seu tempo privado lhe é solapado para fazer tarefas que deveriam ser feitas no tempo de trabalho, a exemplo da 'correção das provas'.

Ao se negar ao professor a possibilidade de exercer sua criatividade como componente pedagógico fundamental, a solução é apresentada na forma de pacotes a executar via livro didático, com padrões filosóficos apresentados como milagrosos, servido, neste contexto, especialmente aos propósitos do empresariado mais poderoso. Uma das últimas 'ondas' neste sentido é a pedagogia empreendedora, estando na fila mais 'novidades' formuladas pelo Banco Mundial e operacionalizadas pelo BID.

Para onde este caminho nos leva?

Um exercício rápido do que mais vem por aí e afetará e escola pública, crianças, jovens, famílias, e professores/as nos fará perceber que vivemos outra crise do capitalismo manifestada recentemente na vertiginosa queda da especulação financeira, uma delinqüência econômica transformada em atividade relevante. Associada e compondo com esta, outras crises do mundo atual que nos impactam são a crise política, manifestada no desgaste da democracia representativa (ninguém de bom senso acredita mais que o voto seja instrumento suficiente para o bem estar equitativo); a crise sócio-

ambiental, facilitada pelo próprio Estado quando incentiva o crescimento das ações de empresas predatórias e permite transformar os serviços básicos e os bens naturais em negócios; a crise científica, provocada pela separação entre tecnologia e técnica que leva a pesquisa e o conhecimento a uma dissociação em relação ao bem-estar das pessoas, dos animais e da natureza em geral; e a crise ética, que transforma em criminosas as ações organizadas na defesa de direitos, tais como terra, água, energia, trabalho, soberania e segurança alimentar e ambiental, ao mesmo tempo em que atitudes como a corrupção e a apropriação privada de bens coletivos são transformadas em 'esperteza', quase objeto de admiração.

Esta profunda e massiva erosão das referências solidárias da vida em sociedade acontece devido ao fortalecimento de outros referentes:

a) propriedade privada de tudo, acima de tudo; b) legalidade exercida pelo poder econômico acima das leis nacionais (veja-se o caso das licenças ambientais ao capital internacional); c) confusão geral na população: incapacidade coletiva de pensar e projetar o futuro – as pessoas passam de cidadãs a consumidoras; d) desigualdades fortalecidas pelo Estado. O exemplo mais recente é ilustrativo mostra o Estado garantindo e cobrindo com recursos públicos a farra e o lucro das empresas e do capital especulativo, enquanto corta gastos sociais. É interessante notar como, nestes casos, a lei da responsabilidade fiscal não é invocada; e) o conhecimento e a pesquisa científica são descolados das universidades para as empresas (produção, controle e apropriação) e tendem a se transformar em discriminatórios e especializados de acordo com o interesse econômico privado; f) em nome desta forma de pensar e organizar o mundo nega-se os direitos humanos e ambientais, entre eles o ensino público focado na formação de sujeitos responsáveis e preocupado com o bem-estar coletivo.

Professores/as – sujeitos da escola ou do mundo?

Sabemos que as formas de convivência social exigem um determinado regramento. No Capitalismo, a definição de padrões legais e das estruturas que os colocam em prática e os garantem é sempre fruto de um enfrentamento fundante: equidade X apropriação privada de bens coletivos.

O horizonte delineado quanto ao perfil dos sujeitos é aquele que, de preferência, 'não se mete' com o que acontece com os outros, enquanto busca solução individual para seus anseios, características que só podem ser alcançadas mediante a ausência do senso de justiça e de solidariedade.

Cabe-nos como educadores, uma pergunta fundamental, uma vez que os regramentos, expresso nos mecanismos legais e de controle, configuram um projeto de mundo. Apesar de grave, a falta de discernimento por parte de uma pessoa trabalhadora do mundo material, parece menos dramática, mas quando se trata de educadores/as de gerações inteiras, esta falta de discernimento que tolhe a possibilidade de autonomia reflexiva e cidadã é no mínimo sombria, já que a escola pública, diuturnamente contribui para definir como é e como será o mundo.

Caso constatemos que a legislação, o currículo e a estrutura burocrática apontem para um rumo questionável, seria este controle absoluto?

O que, de fato, é controle da criatividade e da autonomia (instrumentos e métodos) e o que é controle ideológico (da forma de pensar)? Um dos mecanismos mais eficazes de controle do conhecimento (e dos sujeitos) é dissociá-lo do cotidiano das pessoas. É torná-lo 'universal' no sentido de que possa ser ensinado como se a realidade e os sujeitos não existissem, levando a escola pública a mover-se, ano após ano, como se o mundo ao seu redor não lhe impactasse, como se estivesse numa espécie de 'bolha' social.

Esta 'bolha' perpetua-se repetindo rigorosamente os padrões pré-estabelecidos, de forma que cada educador/a crítico imagine, sozinho, fazer mudanças relevantes a partir da sua 'bolha pessoal': a hora aula. E leva-se a acreditar que o educando, sem um novo projeto institucional escolar, construirá autonomia reflexiva e discernimento suficiente para exercer a cidadania que o liberte dos controles do mercado liberal. É por isso que urge não tirar de nossa pauta de reflexão e estudo as formas como os sujeitos se constituem.

Para quem observa a vida escolar, de fora ou de dentro dela, pode facilmente constatar que grande parte da impotência decorrente das amarras atuais³ poderia ser superada com uma atitude cidadã do professor, uma atitude de maior autonomia que buscasse a constituição de coletivos escolares de reflexão, estudo, planejamento e avaliação. Obviamente este tipo de espaço não estará previsto na maioria das estruturas estatais de gestão escolar guiadas pela modalidade empresarial de análise de custos e despesas.

É por conta desta percepção que, em muitos lugares do Brasil, educadores/as em escolas e cidadãos/ãs nos movimentos sociais populares, começaram a formular o que se chama hoje de 'educação do campo'. Uma formulação que tem como característica principal a democratização das modalidades de definição e gestão das políticas de Estado, tornando-as permeáveis ao debate público e permitindo enfrentar, também na escola, os projetos do capital no campo, materializados pelo latifúndio e pelo agro negócio. Um esforço não só para fazer aflorar as contradições concretas do viver social no conhecimento escolar, mas capaz também de questionar qual é o conhecimento universal válido para cidade e o campo perante os desafios da sociedade atual.

O Sudoeste do Paraná tem uma tradição de movimentos sociais que lutam por direitos e pela democratização da convivência social. Embora nunca se tenha compilado de forma sistemática, é evidente (este III seminário é exemplo), de que há muito esforço de educadores/as das escolas públicas pela melhoria e superação dos limites atuais do ensino público que só não ganham mais visibilidade porque estão, no geral, desarticulados entre si e distantes do que formulam os movimentos sociais. E lembremos que este esforço de muitos educadores e educadoras de escolas públicas acontece apesar da remuneração incompatível com a importância social do que fazem, da insuficiente infra-estrutura e, em muitos casos, da perseguição aos que ousam questionar o que está em curso.

Políticas de Estado e atuação das empresas: o que nos reservam?

³ Veja-se os dados recentes a respeito dos indicadores da escolaridade brasileira – último censo do IBGE.

Pelo que refletimos neste escrito, fica evidenciado que os atuais referenciais filosóficos e de gestão predominantes no Estado Brasileiro esbarram na irracionalidade intrínseca da modalidade empresarial de configurar o mundo: a impossibilidade da formação humana baseado num pacto intersubjetivo referenciado na justiça e na solidariedade, bem como na sustentabilidade ambiental, conceitos chaves para um mundo equitativo.

Esta ausência do senso individual de justiça e solidariedade traduz-se culturalmente em relações sociais violentas, impactando e envolvendo as relações escolares, essencialmente pedagógico-educativas, na medida em que são forçadas, direta ou indiretamente, a reproduzir os valores hegemônicos.

Soma-se a este quadro de valores desumanizantes a ausência de perspectivas para a juventude. Mas os dirigentes da sociedade capitalista não poderiam negar cruamente o acesso às mercadorias cujo sonho de consumo costumam exacerbar. Para perpetuar-se, fazem a tradicional – e eficaz - jogada de mestre: ao definir que o acesso aos bens se dá pelo dinheiro e terá dinheiro apenas quem for mais competitivo e criativo, os que ficam à margem atribuem à sua incompetência pessoal as suas carências e necessidades não satisfeitas. Uma 'cortina de fumaça' embaça a percepção das relações sociais de exploração e discriminação, abrindo à maioria dos 'empreendedores' a porta do auto - flagelo.

Mas como todo processo social é sempre contraditório, os 'efeitos colaterais' acontecem, sendo um deles dramático no momento atual: o aumento da violência de indivíduos contra indivíduos, enquanto a estrutura social que nega os direitos continua inquestionada e intacta.

Esta violência, nas suas formas escancaradas e subliminares, deixa então de ser um atributo associado aos mais pobres e marginalizados do acesso aos bens materiais e culturais para tornar-se forma legítima – porque não questionada – de viver em sociedade. Lembremos que é neste contexto que pululam iniciativas de coibir a violência através do aumento da força policial e da 'blindagem' dos mais abastados.

Qualquer forma de violência, seja ela de classe, gênero, cor da pele, opção sexual, geração e lugar onde vive são formas cotidianas de desumanização que afetam a todos/as, mas, de forma especial quem mexe com processos educativos sistemáticos, uma vez que saltam aos olhos o retorno de formas antigas de discriminação somadas a outras recentes em crescimento.

No que diz respeito às escolas públicas, novos rumos dependem, por um lado, de uma opção por um distinto projeto de mundo e, por outro, da criação de instrumentos e modalidades de convivência e ensino que se efetivem, a cada dia, em todas as atividades pedagógicas. Esta contribuição será parcial, porque outras forças sociais, a exemplo dos meios de comunicação de massa, continuarão a fortalecer os valores a superar: por isso mesmo a contribuição das escolas é fundamental.

As diretrizes nacionais de educação do campo deixam uma fresta na lei para a implantação de mudanças, que só se efetivarão pela decisão de cada educador/a e dos gestores das estruturas de ensino, num clima solidário e horizontal de valorização mútua e de troca de conhecimentos e experiências.

Mas este novo fazer pedagógico tornar-se-á sociedade recriada quando articulado a partir dos muitos lugares nos ideais de humanização fraterna e solidária impossíveis de se efetivar no capitalismo, ou seja, sob o controle do empresariado. A Educação Pública dos povos do campo combina com os movimentos sociais populares e democráticos.

SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Isabela Camini⁴

Compreender as bases que dão sustentação à sociedade capitalista é fundamental para ter clara a gênese da Educação do Campo. Neste sentido, há três pilares sob os quais se funda o debate da educação do Campo. São eles: a educação do campo é um combate ao latifúndio e ao agro negócio; a educação do campo deve ser pública e não privada; ela é do sujeito do campo e não para o sujeito do campo.

O recorte específico dos seus fundamentos pedagógicos, a tradição do pensamento pedagógico socialista, da Educação Popular e seu vínculo com a Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia do Movimento são as matrizes Pedagógicas da Educação do Campo: a tradição Socialista/Marxista tem uma grande contribuição para ajudar a pensar a Educação do Campo. Dentre tantos outros socialistas, Pistrak e Makarenko, registraram suas práticas nos deixando um acúmulo teórico que nos dá indicativo de como podemos construir a Educação do Campo. Uma das importantes contribuições que estes pensadores nos deixaram, diz respeito à teoria. Porém, uma teoria que nos possibilite refletir a partir dos interesses da classe trabalhadora e, portanto, da transformação da sociedade desigual em que vivemos.

Educação do Campo não será construída pelo governo, ou estado enquanto instituição social. A tarefa é nossa, dos Movimentos Sociais, dos educadores, das comunidades do campo e seus sujeitos. A tarefa exige esforço pessoal de busca de conhecimento que permita fazer uma ampla leitura de mundo, sem perder de vista a coletividade, no sentido de projeto de sociedade.

A teoria da Educação do Campo não está concluída, podemos dizer que ela está apenas em seu início, enquanto elaboração teórica, contudo a produção que temos é rica. Uma seqüência de seis cadernos que sistematizam a trajetória vivida, mais as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, aqui no estado vocês tem as Estaduais.

⁴ Educadora com ampla trajetória junto aos Movimentos Sociais e na construção dos debates teóricos da Educação do Campo. Pedagoga, Mestre em Educação pela UFRGS. No momento, em fase final de Doutorado pela UFRGS.

Dessa forma, podemos perceber que a educação do campo vai além da escola, mas que a escola deve buscar construir conhecimentos significativos, que contribuam com o desvelamento do mundo, principalmente que possa edificar novas relações sociais humanizadoras.

Como educadores e lideranças precisamos nos perguntar; que modelo de desenvolvimento temos, qual o modelo de campo a sociedade capitalista está construindo, compreender as implicações que o agro negócio traz para a vida no campo, porém, sobretudo temos que ter claro que campo queremos construir e quais as forças que temos para efetivá-lo. Assim poderemos organizar nossas estratégias de ação, desde a escola.

A escola que queremos construir no campo deve promover a auto-organização como participação efetiva dos educandos no processo de organização da escola, acreditar na possibilidade de uma escola e uma educação com significado para os sujeitos que a constrói.

Isto nos aproxima do pensamento da pedagogia socialista. Pistrak e Makarenko, são dois pedagogos que ao sistematizarem suas práticas nos deixaram importantes contribuições, as quais precisamos estudar mais. Trazem a auto organização como uma forma de educar para além da escola, princípio que a Educação do Campo busca construir. Os valores de hoje presentes em nossa sociedade não ajudam a construir humanidade, pelo contrário desumanizam. Queremos construir uma escola onde as relações sociais promovam a vida e a dignidade humana, respeitando as especificidades do campo.

A Pedagogia do Oprimido - a partir do legado de Paulo Freire, lembram-nos que os processos educativos precisam nos humanizar, pois o ser humano é um ser em constante inacabamento. Garantir nossa vocação histórica é construir as condições materiais para a superação das contradições existentes no interior da sociedade capitalista. Podemos afirmar que os oprimidos por uma condição de classe, ao tomarem consciência de sua condição e iniciam um movimento de se unirem, se organizarem, se reconhecem e diante dessa consciência, passam a lutar por direitos para garantir a

humanização, a vida. Assim foram se materializando os Movimentos Sociais do Campo, que nestas últimas décadas tomam força.

A Pedagogia do campo se faz no sentido de que são os sujeitos do campo que fazem a leitura de sua realidade, se auto-organizam, tomam consciência de sua condição histórica e, assentados nos valores da cultura camponesa, (a qual se percebe aqui nesta comunidade que nos acolhe, com alegria, participação, compromisso, confiança) dispostos a buscar construir coletivamente, uma relação dialógica de existência. Neste sentido, podemos perceber como Freire dialoga com a pedagogia socialista.

Contudo, não é dizendo que existe um movimento em torno da Educação do Campo que as escolas no campo mudam suas práticas e as tornam coerentes com a concepção de educação do Campo. É preciso muita formação para que as pessoas do campo sejam capazes de refletir sobre si, sobre sua realidade, inseriram-se na luta e vão construindo-se como sujeitos históricos, uma vez que a educação do campo é isso, é feita pelos seus sujeitos que se colocam em movimento.

Pedagogia dos Movimentos Sociais – É a terceira referência que ajuda a fundamentar a Educação do Campo. É a Pedagogia que se constrói a partir da práxis dos movimentos sociais e que dialoga com a pedagogia socialista e com a Educação Popular. Essa pedagogia que se constrói no cotidiano dos movimentos sociais, tem a luta como componente pedagógico, faz o embate com o sistema e suas estruturas legitimadoras da desigualdade social. A escola itinerante foi um exemplo da necessidade concreta de garantir a escolarização das crianças, que caminhavam de acampamento em acampamento acompanhando seus pais. A dinâmica da luta é que veio permitindo avançar na compreensão do papel da educação no processo mais amplo de transformação da sociedade.

Em relação a Educação Popular, há uma semelhança nos fundamentos, componentes comuns e sua identidade, porém a educação do campo tem outros componentes, firmando a educação pública e gratuita como uma importante bandeira.

TEXTOS INDICADOS POR ISABELA CAMINI.

A exposição de Isabela Camini foi repleta de apontamentos. No material que nos enviou aparecem textos de outros autores que fazem também parte do produzido neste seminário.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Roseli Salete Caldart⁵

A Educação do Campo existe para ajudar a lembrar ao mundo, desde o clamor dos camponeses, que em primeiro lugar devem vir as pessoas e não a produção para o negócio. E que continua muito atual lutar contra as desigualdades e a desumanidade própria da sociedade que temos, buscando construir uma sociedade que não apenas consiga salvar a humanidade de um sistema produtivo que escapou ao controle (o capitalista), mas uma sociedade em que as pessoas possam viver como seres humanos, juntas e com dignidade, uma sociedade que também superará a contradição inventada entre campo e cidade. E que a educação, embora não tenha a força material capaz de garantir esta luta, esta reconstrução, pode ajudar a formar os trabalhadores e as trabalhadoras para que permaneçam em “estado de luta”, para que não sucumbam aos desígnios da barbárie capitalista: seja por uma inclusão que lhes destrói (como classe, como humanidade), seja pela marginalização completa, pacífica ou violenta.

A Educação do Campo nasceu tomando posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisam cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas.

A Educação do Campo nasceu como crítica à realidade educacional da população que vive do trabalho do campo e tomando posição no confronto de projetos de educação: contra uma visão instrumentalizadora da educação, colocada a serviço das demandas de um determinado modelo de desenvolvimento do campo (que sempre dominou a chamada “educação rural”), a afirmação da educação como formação

⁵ Setor de Educação MST (Síntese produzida para exposição sobre a Licenciatura em Educação do Campo, projeto UnB/Iterra, no XIV ENDIPE, POA, 29 de abril de 2008)

humana, omnilateral e de perspectiva emancipatória, vinculada a projetos históricos, de longo prazo.

A Educação do Campo pensa a educação desde a particularidade dos sujeitos que vivem do trabalho do campo, sua realidade, suas relações sociais. Reconhece a especificidade dos processos produtivos, do trabalho, das formas organizativas, das lutas sociais, dos processos culturais do campo e defende que se pense as práticas educativas no seu vínculo com estes processos.

Faz isso não em uma perspectiva de fragmentação das lutas da classe trabalhadora e do debate sobre educação, sobre transformação social, mas no entendimento de que esta particularidade permite compreender a especificidade do capitalismo brasileiro e de como este sistema tem lidado com a educação dos trabalhadores e como se pode projetar uma política de educação desde o projeto histórico desta classe. E porque isso permite/exige repensar a teoria pedagógica predominantemente refém de “universalismos imperiais”, que tentam universalizar ou tratar como universais configurações históricas de uma determinada realidade e que então desconfiguram sua própria materialidade de origem: pensar a formação dos seres humanos concretos, que são educadores (porque transformadores) das circunstâncias históricas que os conformam.

A Educação do Campo assume o desafio do vínculo da educação com processos sociais de formação de novos sujeitos coletivos, com a construção de identidades e pertencimentos coletivos em vista de mudanças na sociedade. Compreende que os sujeitos sociais se formam e se transformam historicamente, que se fazem, refazem e desfazem a partir de suas próprias ações e de como vivem seus condicionamentos sociais e históricos objetivos. Esta é uma reflexão que nos instiga a avançar e a retomar a não menos antiga e nem menos atual questão de como estes sujeitos sociais precisam ser educados para que possam se constituir como sujeitos políticos, capazes de fazer diferença efetiva na luta de classes, e levando em conta o formato que esta luta assume nestes tempos de hegemonia máxima do capitalismo no mundo. O vínculo da Educação do Campo com Movimentos Sociais Populares é sua materialidade originária nessa perspectiva.

Educação do Campo se vincula a uma tradição pedagógica que pensa a educação para além da escola, tencionando a visão escolacentrista predominante na sociedade capitalista e a própria lógica/forma escolar que lhe corresponde. Entende que romper com a redutora identificação que se construiu historicamente entre educação e escola, e compreender a educação desde os processos de formação (e deformação) humana que estão presentes nas práticas sociais têm sido desafios importantes para rever as matrizes teóricas dominantes de interpretação e de orientação da educação da classe trabalhadora, bem como para discutir o próprio lugar e a tarefa específica da escola nos processos de educação, especialmente se o que temos em vista é alimentar uma práxis emancipatória. Recuperar as reflexões sobre a dimensão educativa do trabalho e aprender dos Movimentos Sociais sobre a dimensão educativa das lutas sociais e dos processos culturais são tarefas que fazem parte da agenda fundamental da Educação do Campo hoje. Repensar a concepção ainda dominante de escola e de educação básica, também.

A Educação do Campo ajuda concretamente neste desafio de alargamento da concepção de educação quando junta a luta pela universalização (efetiva) do acesso à educação escolar básica e pela democratização do acesso à educação escolar superior com a luta pela terra, pela Reforma Agrária, luta pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar. Lutas que reconhecem e fortalecem sujeitos coletivos, direitos coletivos historicamente negados; que politizam as questões da diversidade cultural, dos diferentes saberes, modos de conhecimento.

A Educação do Campo tenciona a forma escolar instituída quando não aceita o acesso pelo acesso, a educação pela educação, a escolarização pela escolarização, mas exige que as pessoas entrem na escola como sujeitos, humanos, sociais, coletivos, trazendo a vida real e por inteiro, as contradições sociais, os conflitos humanos para dentro do processo pedagógico, convocando para uma tomada de posição, política, ética diante do próprio conhecimento e dos vínculos que estabelece com o tipo de sociedade e o tempo histórico em que foi produzida.

Esta exigência implica por sua vez em um alargamento da função social da escola e na superação de currículos pobres, assépticos, sem vida social, cultural, política. Ensinar a ler, a escrever, a fazer contas, continua sendo tarefa social da escola básica, mas não como habilidades em si mesmas ou meramente preparatórias à entrada

no “mercado de trabalho”, não como aquela educação rudimentar que historicamente se considerou suficiente para os trabalhadores e sim como dimensão de um processo formativo que se exige cada vez mais amplo, complexo, social e humanamente rico.

O QUE É EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Roseli Salette Caldart⁶

Ou: qual a concepção de educação que a constitui ou que emerge/é exigida pela materialidade de origem e pelo movimento atual da realidade a que a Educação do Campo se refere?

Destaque-se que não se trata de discutir “filiação teórica”, ou que autores “seguimos”. A questão é mais profunda, e diz respeito à relação entre teoria e prática; diz respeito ao necessário movimento da práxis.

A questão e o momento exigem que pensemos em perspectiva: a Educação do Campo na relação com a educação, ou com o debate/a prática da educação contemporânea. No fundo parece que está na hora de se perguntar: o que significa a emergência da Educação do Campo no contexto atual da educação contemporânea, e especialmente no Brasil? Ou de maneira mais direta: até que ponto a Educação do Campo representa (ou sinaliza) um contraponto à concepção liberal de educação, hoje hegemônica? Questões que passam pela reflexão sobre que interrogações a Educação do Campo traz às políticas educacionais e às teorias pedagógicas presentes em nosso tempo. E também sobre qual o lugar da Educação do Campo no projeto educativo dos Movimentos Sociais protagonistas das lutas que lhe deram origem.

Nesta mesa e para a discussão deste Seminário gostaria de destacar alguns pontos desta reflexão, no mesmo critério de que está a indicar tensões ou já contradições importantes, de cujo movimento depende exatamente a concepção de educação a ser afirmada pela Educação do Campo no embate com a visão liberal, nosso parâmetro necessário de análise.

Primeiro: Na Educação do Campo o debate do campo precede o da educação ou

⁶ Do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. Doutora em Educação pela UFRGS.

da pedagogia, ainda que o tempo todo se relacione com ele. E para nós debate de campo é fundamentalmente debate sobre o trabalho no campo. Que traz colada a dimensão da cultura, vinculada às relações sociais e aos processos produtivos da existência social no campo. Isso demarca uma concepção de educação. Integra-nos a uma tradição teórica que pensa a natureza da educação vinculada ao destino do trabalho.

De um lado esta concepção nos aproxima/nos faz herdeiros de uma tradição pedagógica de perspectiva emancipatória e socialista: é desta tradição o acúmulo de pensar a dimensão formativa do trabalho, do vínculo da educação com os processos produtivos, de como não é possível pensar/fazer a educação sem considerar os sujeitos concretos e os processos formadores que os constituem como seres humanos desde a práxis social. Uma tradição que nos orienta a pensar a educação colada à vida real, suas contradições, sua historicidade; a pretender educar os sujeitos para um trabalho não alienado; para intervir nas circunstâncias objetivas que produzem o humano.

Mas de outro lado, é também da visão liberal o pensar a relação entre educação e trabalho, e mais ainda, a relação entre educação e “modelo de desenvolvimento”, consolidada historicamente como subordinação da educação às exigências de uma forma histórica de relações de trabalho, a um determinado modelo de desenvolvimento social ou, mais estritamente, aos interesses do mercado capitalista do trabalho. Uma relação que é explicitada, ou nem tanto, de acordo com os interesses do capital em cada momento histórico.

O que queremos chamar a atenção, pois, é que a premissa do vínculo entre campo e educação, entre projeto de campo e projeto de educação, essencial à concepção da Educação do Campo, pode também nos fazer cair na armadilha da visão liberal de educação. A chamada “educação rural” já foi isso: uma visão pragmática e instrumentalizadora da educação, colocada a serviço das demandas de um determinado modelo de desenvolvimento de campo. Isso não tem nada de emancipatório: e ainda menos quando se trata de uma visão setorial de desenvolvimento ou da lógica dominante de pensar a produção apenas na dimensão do negócio.

A visão de campo da Educação do Campo exige por si só uma visão mais alargada de educação das pessoas, à medida que pensa a lógica da vida no campo como totalidade em suas múltiplas e diversas dimensões. Mas ainda assim há um risco de

instrumentalização. Já sabemos pela história: toda vez que se subordina a educação a interesses/necessidades de formação imediata (por “melhores” que sejam) a educação se empobrece do ponto de vista de formação humana, de perspectiva omnilateral, necessariamente de “tempo longo”. E essa perspectiva pedagógica não tem nada a ver com a defesa de uma educação descolada da vida real. Ao contrário, é exatamente a vida real que para ser emancipada exige processos educativos mais complexos, densos, relacionais, de longa duração.

A materialidade de origem da Educação do Campo, e o percurso dos debates e das reflexões teóricas que temos produzido nesta década, pende a Educação do Campo para o primeiro pólo desta contradição (primeiro no nosso enunciado, na prática o que não é hegemônico), mas o contexto da disputa atual pode facilmente dar a vitória ao segundo, porque é ele que está “no leito”, a favor da maré liberal. Os próprios movimentos sociais, responsáveis na história recente por tencionar e exigir uma visão alargada de educação, tendem às vezes, nas suas práticas educacionais concretas, a pensar a educação no viés de instrumentalização (seja política ou técnica), movidos talvez pelas circunstâncias objetivas ou pela necessidade de garantir conquistas imediatas, de sobreviver, afinal...⁷

Segundo: As lutas e o debate da Educação do Campo sobre políticas públicas têm se centrado na escola, ou nos processos de escolarização, mas sua materialidade de origem e seus vínculos com uma teoria pedagógica emancipatória tencionam esta centralidade e a própria concepção de escola que dela decorre.

Há razões objetivas, históricas, para esta focalização na escola, mas este foco no contexto das tensões já tratadas podem nos colocar, do ponto de vista da concepção pedagógica, como reféns de uma visão escola centrista, que é justamente uma das marcas da visão moderno-liberal de educação. Ocorre que esta concepção mata a Educação do Campo. É contradição a ela exatamente pelo que explicamos antes: a especificidade originária da Educação do Campo não está numa visão ou num projeto de escola.

⁷ Esta discussão pode ser uma referência importante para um balanço político-pedagógico das iniciativas educacionais apoiadas/realizadas pelo Pronera.

De um lado, então, ao focar a escola a Educação do Campo pode ajudar/tem ajudado a alargar o olhar sobre ela, tratando-a não em si mesma, mas em perspectiva. Mas de outro lado, pode virar refém do escolacentrismo, o que tem sido uma tendência de algumas práticas e debates atuais.

A escola é um direito de todas as pessoas. Ela tem um papel educativo específico no mundo moderno, a ponto de que quem não passa por ela fica hoje efetivamente em condição social desigual. Mas reconhecer isso não é/não precisa ser o mesmo que absolutizar a educação escolar, como se apenas ela ‘contasse’ na vida das pessoas e, pior, considerar a escola como referência única para pensar todos os processos formativos. Isso é um reducionismo, enganoso do que de fato é a realidade da própria sociedade capitalista atual. Reduccionismo que é agravado pela difusão de uma visão igualmente simplificadora de escola, como se o processo educativo escolar fosse igual à dimensão da instrução ou do ensino. O projeto educacional que ajuda a dar sustentação à forma de sociedade que temos nunca foi somente escolar. E o processo educativo garantido pela escola nunca foi somente baseado no ensino⁸.

É preciso não perder de vista (e esta é uma reflexão que certamente requer um aprofundamento teórico bem maior do que é possível fazer nos limites desta exposição) a escola tem uma forma institucional e uma lógica de trabalhar com a educação construída socialmente e que torna os mesmos condicionantes históricos das relações sociais onde o projeto da Educação do Campo se coloca como desafio transformarem, entre os quais o da antinomia entre trabalho manual e trabalho intelectual e entre cidade e campo. Por isso, e muito mais do que pelos conteúdos de ensino que trabalha, é que os processos de escolarização, deixados por conta da lógica dominante, podem representar um entrave em vez de um avanço nos processos de transformação. Por isso, um projeto

⁸ Como nos ajuda a refletir István Mészáros: “...a questão crucial para qualquer sociedade estabelecida, a reprodução bem-sucedida de (...) indivíduos cujos ‘fins próprios’ não negam as potencialidades do sistema de produção dominante. Essa é a verdadeira dimensão do problema educacional: a ‘educação formal’ não é mais do que um pequeno segmento dele. (...) Assim, além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas *habilidades* sem as quais a atividade produtiva não poderia ser levada a cabo, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de *valores* no interior da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo não se perpetuam *automaticamente*. Elas só o fazem porque os indivíduos particulares *interiorizam* as pressões externas: eles adotam as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. É com isso que os indivíduos ‘contribuem para manter uma concepção do mundo’ e para a manutenção de uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde àquela concepção de mundo” (A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006).

de educação emancipatória precisa tensionar a “lógica escolar” assumida pelos processos formadores, por vezes também naqueles que acontecem fora da escola⁹.

Do ponto de vista da teoria pedagógica (que ainda não pode ser o mesmo da política pública) descentrar-se da escola é condição para que a Educação do Campo se mantenha fiel a uma visão mais alargada de educação e não perca o horizonte das grandes questões da formação humana, reafirmando e trabalhando uma concepção de educação emancipatória.

A materialidade educativa de origem da Educação do Campo está nos processos formadores dos sujeitos coletivos da produção e das lutas sociais do campo. Por isso ela desafia o pensamento pedagógico a entender estes processos, econômicos, políticos, culturais, como formadores do ser humano e, portanto constituintes de um projeto de educação emancipatória, onde quer que ela aconteça inclusive na escola.

Esta é a centralidade da reflexão pedagógica da Educação do Campo que deve ser mantida. Se o pólo escolacentrista for vitorioso, especialmente na visão de educação dos próprios sujeitos do campo, não há como pensar/fazer uma escola na perspectiva da Educação do Campo.

E a Educação do Campo não precisa tirar o foco da escola para não ser escolacentrista. Se tirar, pelo menos no momento histórico atual, pode perder um dos seus sentidos de luta social originária. Basta que a escola seja tratada em perspectiva, inclusive na sua dimensão de política pública. A realidade atual do campo brasileiro até facilita este olhar de totalidade, ainda que pelas suas circunstâncias trágicas.

Terceiro: Relacionado ao ponto anterior, mas não só: a Educação do Campo tem dado centralidade/peso à luta pela democratização do acesso ao conhecimento, reconhecendo sua importância estratégica na formação de sujeitos capazes de construir novas alternativas populares para o desenvolvimento do campo (do país).

De um lado, pelos sujeitos que a Educação do Campo coloca em cena e pelas questões de sua realidade, isso pode trazer interrogações importantes sobre a que conhecimentos ter acesso, produzidos por quem e a serviço de que interesses, retomando o tenso e necessário vínculo entre conhecimento, ética e política. Se for fiel

⁹ Este, diga-se de passagem, é um dos grandes desafios pedagógicos dos Movimentos Sociais de perspectiva emancipatória que incluem a educação escolar entre suas tarefas e lutas.

aos movimentos sociais de sua constituição, a Educação do Campo combinará a luta pelo acesso universal ao conhecimento, à cultura, à educação com a luta pelo reconhecimento da legitimidade de seus sujeitos também como produtores de conhecimento, de cultura, de educação, tensionando, pois, algumas concepções dominantes. É o que já acontece em muitas de nossas práticas, reflexões, debates.

Mas de outro lado, novamente, podemos cair na armadilha liberal e ficar reféns de uma determinada visão de conhecimento, e talvez reféns hoje do chamado cognitivismo e da (falsa) centralidade da instrução nas práticas educacionais, e especialmente na escola. E ficar subordinados ainda ao mito da ciência ou de uma visão de ciência absoluta, que tudo explica e tudo resolve. Isso também já acontece significativamente entre nós.

Há uma tendência neste início de século (que vem já do final do século XX) de recolocar no centro do debate pedagógico a questão da instrução tirando a centralidade do trabalho, da atividade, da práxis, justamente o legado da modernidade capitalista, seja na sua afirmação (ativismo) seja na sua crítica (marxismo). Da boa instrução, muitas vezes entendida como mero acúmulo de informações, dependeria a formação necessária para enfrentar a sociedade complexa, a “sociedade do conhecimento”. Trata-se de uma espécie de retorno à perspectiva iluminista, mas tendo a instrução abordada em um viés cada vez mais cognitivista, mentalista, como se a lógica do “aprender a aprender” fosse toda a explicação ou totalizasse a compreensão do processo educativo. E como se não houvesse mais interesses de classe envolvidos na produção do conhecimento e nem a disputa pelo que se considera um conhecimento socialmente legítimo. Ou seja, a subordinação de projetos educacionais aos interesses da reprodução das relações capitalistas, é disfarçada de uma forma sofisticadamente asséptica, despolitizada.

A instrução é um direito universal. O conhecimento é direito e é necessário. Mas é falsa esta centralidade quando ele é entendido nestes termos, como descolado de outras dimensões de um processo formativo; quando se separa conhecimento de valores e de interesses sociais. O projeto educacional/cultural que sustenta o capitalismo não é colocado em discussão nos espaços educacionais, como a escola, por exemplo, porque se convence aos professores de que só importa discutir os métodos de instrução ou de ensino, ou as formas de apropriação de conhecimentos supostamente neutros,

produzidos fora da história e para além de parâmetros sociais, éticos, humanos. Isso é politicamente e humanamente muito perverso.

Este é então um fio de navalha e por isso um debate muito importante para os educadores e as educadoras do campo. A Educação do Campo tem recebido críticas por tentar afirmar na escola diferentes dimensões formativas, o que poderia secundarizar a questão do conhecimento e então fragilizar politicamente a classe trabalhadora do campo.

O que temos a dizer sobre essas críticas? A que conhecimento estas críticas se referem e de que modo de conhecer se trata? Qual o lugar da instrução na concepção de educação da Educação do Campo? Que instrução forma? emancipa? É só uma questão de conteúdo ou é também de método? Que nuances entre nossa preocupação com método de pensamento/capacidade de analisar a realidade e a reflexão ou reação cognitivista do “aprender a aprender”?

Infelizmente não será possível desdobrar estas reflexões todas nos limites da presente exposição. Mas pelo menos gostaria de chamar a atenção sobre sua importância no debate da nossa concepção de educação.

Quarto: A Educação do Campo precisa trabalhar com a questão do pluralismo. Ela precisa desta idéia: existe o outro e ele deve ser respeitado. Os sujeitos do campo são diversos e esta diversidade precisa ser incorporada em nossa reflexão político-pedagógica.

Mas também aqui há uma contradição a ser enfrentada. A concepção de pluralismo que predomina hoje na sociedade é a de viés liberal que vê na diversidade a derrota da perspectiva de totalidade (na construção de um projeto social) e de unidade da classe trabalhadora. Respeito à diversidade que leva então à dispersão social, ao relativismo político e ao conseqüente enfraquecimento dos sujeitos coletivos.

O desafio colocado à Educação do Campo, como a toda perspectiva de educação emancipatória hoje, é o de revalorização ou de construção de um pluralismo desde outras bases políticas e teóricas. Pluralismo que no plano da educação seja diálogo, que pode ser de complementação ou de objeção e contraponto, mas que inclua sínteses, superações.

Esta é outra das questões que não conseguiremos aprofundar aqui, mas que enunciamos como parte da agenda das reflexões necessárias para o debate da Educação do Campo.

**RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO:
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO - DEPARTAMENTO DA
DIVERSIDADE, COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

Marciane Maria Mendes¹⁰

Durante o ano a Secretaria de Estado da Educação, através do Departamento de Diversidade, Coordenação da Educação do Campo realizou uma série de atividades. Em função da importância do realizado estamos escrevendo este relatório. Este trabalho teve a intenção de consolidar a Educação do Campo.

Fizeram parte da equipe: a coordenadora Marciane Maria Mendes, e os colaboradores: Cassius, Marcelus Cruz, Daniela Carla de Oliveira, Eduel Domingues Bandeira, Miriam Freitas de Paula, Willian Simões.

Inicialmente gostaria de agradecer a oportunidade de dialogar com vocês, sobre uma política pública que nos últimos anos vem se concretizando no Estado do Paraná, assim como no Brasil, que é a educação dos sujeitos do campo. A Educação do Campo como um direito subjetivo e universal a todos os sujeitos do campo.

Sua principal ação está sendo a implantação da Educação voltada aos sujeitos do campo como um direito universal respeitando a diversidade cultural existente. Os sujeitos do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais.

Neste sentido esta Coordenação, junto ao DEDI, vem desenvolvendo ações para a garantia do acesso à escola de crianças, jovens, adultos e idosos. Considerando a cultura dos sujeitos do campo em sua dimensão empírica e fortalecer a educação escolar

¹⁰ Representante do governo do estado do Paraná.

como processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos.

Esse processo requer a participação dos sujeitos do campo, trazer as contribuições para repensá-lo do campo, da educação do campo e das políticas públicas.

As principais atividades referentes à formação continuada foram:

1. Grupo de Estudos – Educação do Campo.

Envolvidos: Todos os Núcleos Regionais de Educação.

Período: De 12/04 a 08/11 de 2008

Participantes: 1.380 professores da Rede Estadual de Ensino

Objetivos: Criar condições concretas para o estudo e atualização teórica e prática; Aprofundar os estudos educacionais nas disciplinas e áreas temáticas; Desenvolver uma reflexão sobre as questões pedagógicas; Atualizar o conhecimento referente à relação entre teoria e prática pedagógica; Desenvolver um estudo sobre estratégias de ensino e prática pedagógica; Fomentar a prática de estudo e pesquisa articulando sempre com a prática pedagógica em sala de aula; Contribuir para o aprimoramento da atividade docente do processo de ensino e aprendizagem; Desenvolver uma fundamentação teórico-conceitual do conhecimento educacional.

2. III Seminário Nacional das Escolas Itinerantes dos Acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Envolvidos: Todas as Escolas Itinerantes, Escola Base e seus respectivos Núcleos Regionais de Educação.

Período: 05 a 10 de maio de 2008.

Participantes: Representantes do Setor de Educação do MST de vários Estados do Brasil (PI, SP, GO, MT, SC, DF, RS, BA, PB, PE, AL).

Objetivos: Todas as Escolas Itinerantes, Escola Base e seus respectivos Núcleos Regionais de Educação.

3. Formação Continuada dos Educadores das Escolas Itinerantes. (Relatórios de atividades).

Envolvidos: Educadores e Coordenadores das Escolas Itinerantes pertencentes à Escola Base – Colégio Estadual Iraci Salete Strozak

Período: 14 a 17 de julho de 2008

Participantes: 172 – Matelandia

Objetivos: Formação Continuada dos Educadores que atuam em áreas Remanescentes de Quilombos.

4. Educadores Quilombolas

Envolvidos: quilombolas.

Período: 19 a 20 de maio de 2008

Participantes: 100 - Curitiba.

Objetivos: Reunião Técnica – Escolas Itinerantes e Colégio Estadual Iraci Salete Strozak (Escola Base).

5. Coordenadores das Escolas Itinerantes, Representantes do NRE-Laranjeiras do Sul

Envolvidos: Representantes da Escola Base.

Período: 09 e 10 de abril de 2008.

Participantes: 23 - Rio Bonito do Iguçu.

Objetivos: Curso de Capacitação de Educadores das Escolas Itinerantes.

6. Educadores e Coordenadores das Escolas Itinerantes pertencentes à Escola Base.

Envolvidos: Colégio Estadual Centrão.

Período: 03 a 07 de novembro de 2008

Participantes: 148 – São Miguel do Iguçu

Objetivos: Avaliação.

7. Reunião Técnica – Coordenadores da Educação do Campo dos NREs.

Envolvidos: Representantes dos Núcleos Regionais de Educação

Período: 24 e 25 de Abril de 2008

Participantes: 31 – Curitiba.

Objetivos: Inserir os novos representantes dos NRE's nos debates e nas demandas da Coordenação da Educação do Campo; debater a concepção de Educação do Campo através das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, Socializar experiências no atendimento às demandas da Educação do Campo entre os NRE's, reorganização de demandas.

8. Primeiro Encontro de Discussão e Avaliação dos Projetos Políticos

Pedagógicos das Escolas Base e Itinerantes.

Envolvidos: Equipes pedagógicas das Escolas Bases, Direção e vice-direção, representante dos NREs, Equipe pedagógica DEDI/SEED, Equipe de Documentação da SEED, Superintendência da SEED, Equipe da Coordenação de Apoio a Direção e Equipe Pedagógica na SEED.

Período: 14 a 16 de maio de 2008.

Participantes: 64 Curitiba.

Objetivos: Reunião Técnica – no NRE de Paranaguá com as Equipes Pedagógicas e Coordenadores das Ilhas

9. Representante da Educação do Campo no NRE, Representante da Equipe Pedagógica, documentador do NRE e das escolas das Ilhas.

Envolvidos: Coordenadores, Diretor e Pedagogo das Escolas das Ilhas.

Período: 06 de junho de 2008.

Participantes: Equipe pedagógica.

Objetivos: Curso de Formação dos professores que atuam em Escolas que recebem estudantes dos Territórios Faxinalenses.

10. Representantes da Educação do Campo nos NRE's, professores da Rede Estadual e atuar em escolas que recebem estudantes, jovens e adultos dos Territórios Faxinalenses.

Envolvidos: Professores da rede estadual, jovens e adultos dos territórios faxinalenses.

Período: 07 e 08 de agosto de 2008

Participantes: 10 Curitiba.

Objetivos: produzir o II Caderno Pedagógico da Educação do Campo, objetivando a implantação das Diretrizes da Educação do Campo para o Estado do Paraná.

11. Curso de Formação dos professores que atuam em Escolas que recebem Ilhéus e Ribeirinhos

Envolvidos: Educadores Ilhéus e Ribeirinhos

Período: 20 a 21 de Agosto de 2008

Participantes: 100 - Paranaguá.

Objetivos: Formação.

12. IV Simpósio Estadual da Educação do Campo

Envolvidos: Professores/as da Rede Estadual de Ensino e Movimentos Sociais do Campo.

Período: 29 de setembro a 03 de Outubro de 2008.

Participantes: 633 - Faxinal do Céu.

Objetivos: Formação Continuada de Professores Que Atuam em Áreas Remanescentes de Quilombos

13. Coordenadores da Educação do Campo nos NRE's, professores da Rede Estadual de Educação que atuam em escolas ou recebem crianças, jovens e adultos das Comunidades Quilombolas.

Envolvidos: Coordenadores.

Período: 14 a 16 de Outubro de 2008.

Participantes: 100 - Guarapuava.

Objetivos: Aprofundamento.

14. Reunião Técnica com os Coordenadores da Educação do Campo dos NRE's

Envolvidos: Coordenadores.

Período: 29 a 30 de outubro.

Participantes: 31 Curitiba.

Objetivos: Curso de Capacitação de Educadores das Escolas Itinerantes.

15. Educadores e Coordenadores das Escolas Itinerantes pertencentes à Escola Base – Colégio Estadual Centrão.

Envolvidos: Educadores.

Período: 03 a 07 de novembro de 2008.

Participantes: 148 – São Miguel do Iguçu.

Objetivos: Reunião Técnica - Escolas Itinerantes e Colégio Estadual Centrão (Escola Base).

16. Coordenadores e Secretários/as das Escolas Itinerantes, Representantes do NRE - Loanda e Representantes da Escola Base.

Envolvidos: Coordenadores.

Período: 03 a 04 de Dezembro de 2008

Participantes. Reunião Técnica - Escolas Itinerantes e Colégio Estadual Iraci Salete Strozak (Escola Base)

Objetivos: Reunião Técnica.

17. Coordenadores e Secretários/as das Escolas Itinerantes, Representantes do NRE -Laranjeiras do Sul e Representantes da Escola Base.

Envolvidos: Coordenadores.

Período: 25 a 26 de Novembro de 2008

Participantes: 27 Rio Bonito do Iguaçu.

Objetivos: Formação.

18. Reuniões Técnicas para produção da Coleção - Cadernos da Escola Itinerante – MST

Envolvidos: Coordenadores.

Período: 25 a 27 de fevereiro, 25 a 28 de março, 12 a 14 de Julho, 19 a 22 de agosto, 17 a 20 de novembro.

Participantes: Produtores dos cadernos pedagógicos.

Objetivos: Produção de material.

19. Pro Jovem Campo: Saberes da Terra: Programa de Escolarização com Qualificação Social e Profissional para Jovens e Adultos do Campo.

Envolvidos: Comissão pedagógica.

Período: 17 de junho de 2008, 23 de junho de 2008, 03 de julho de 2008 04 de setembro de 2008, Convênio com entidade / parceria.

Envolvidos: ACAP – Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná; Articulação entre a Coordenação da Educação do Campo e os Representantes dos NRE's, Secretarias Municipais de Educação e Movimentos Sociais do Campo.

Objetivos: Produção de Material, Produção e Implementação das Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo, Publicação do 1º Caderno da Escola Itinerante – MST / 5.000.00 exemplares, Intitulado: Escola Itinerante do MST: História, Projeto e Experiências, Produção do I Caderno Temático da Educação do Campo, Produção do II Caderno Temático da Educação do Campo.

IMPLANTAÇÃO NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Afonso Prestes Nunes¹¹

Devemos pensar uma educação diferente pelos motivos: o homem não se deu conta dos estragos provocados ao planeta; Pensar um mundo sustentável; Valorização de quem produz alimentos saudáveis; Um planeta sem fome; Prioridade para o Homem x Capital; O que vamos deixar para as gerações futuras?

Com relação às diretrizes operacionais, historicamente aos povos do campo foi negado o direito a educação emancipadora, construída muito mais pelos movimentos sociais e pouco assumida pelo Estado tendo avanços legais fruto de muita luta.

Apesar de o Estado ter coordenadoria, diretrizes, vontade política o que se faz na escola para efetiva implementação? Quem são os Educadores/ Professores? A que classe social pertence? A Educação do Campo, de responsabilidade dos Entes Federados, que deverão estabelecer formas de colaboração em seu planejamento e execução, terá como objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica.

Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental. Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida.

Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo.

¹¹ Professor da Rede Pública Municipal de Francisco Beltrão. Pedagogo, pós-graduado em Educação do Campopela UFPR. Tem uma histórica contribuição na trajetória da Educação do Campo Regional e Estadual.

Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental. Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida. Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo.

OFICINAS

A Articulação sudoeste organizou para o seminário as oficinas temáticas. Os assuntos foram escolhidos pelas entidades de forma representativa em reuniões anteriores. Cada oficina gerou proposições para fortalecer a política pública da educação do Campo e ver como implantar nos seus espaços. (Apêndice 03).

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA INTERFACE COM O ENSINO MUNICIPAL.

Coordenadora: Cecília Ghedini

Objetivo: Elaborar um referencial político e pedagógico para disseminação da educação do campo nos Sistemas Municipais de Ensino no Sudoeste do Paraná, a partir das diretrizes da Educação do Campo.

Título: Pensando o desenvolvimento e a educação do campo nos municípios.

Municípios participantes do grupo: Oeste de SC – Anchieta; Sudoeste do PR – Ampefé, Dois Vizinhos, Pinhal do São Bento, Cruzeiro do Iguaçu, Francisco Beltrão, Bom Jesus do Sul, Nova Prata, São Jorge, Região Noroeste do PR – Francisco Alves, Alto Piquiri; Centro Oeste do PR – Quedas do Iguaçu e Saudades do Iguaçu.

Problematização: O que já temos encaminhado e que estamos propondo com relação à Educação do Campo nos municípios. Um primeiro aspecto são as leis e diretrizes nacionais, estaduais, e a resolução federal com relação às escolas do campo.

Os processos vividos e teorizados onde se firma a proposta de que se deve

trabalhar Educação do Campo e não para o campo, onde os camponeses e camponesas constroem coletivamente seu projeto de educação.

A Educação do campo é apenas uma das dimensões do projeto maior que queremos para o campo ela se sustenta em três pilares básicos: Educação, projeto de desenvolvimento e política pública.

Educação do Campo é mais do que escola, é um projeto que tem como método a ação, reflexão – ação, um projeto de educação do campo e não apenas de escola, que impulsiona sempre de novo a luta dos camponeses. Deverá ter objetivos claros, construir desde o lugar onde se vive.

Algumas dimensões devem ser destacadas na concepção de desenvolvimento, dentre elas: Renda no campo; Política agrícola específica; crédito específico; saúde – práticas alternativas\alimentação; resgate das raízes; identidade familiar, cultural, comunitária; valores, formação\conhecimento – entender os porquês das ações e dimensões, superar o individualismo trabalhando a coletividade e a cooperação.

Nesta proposta os conceitos, além da metodologia são entendidos como ferramentas para a ação, que permitem, por exemplo, superar a pedagogia empreendedora na prática social dos/as camponeses/as e suas organizações, pois o que move o mundo são as ações e não somente as idéias.

A dimensão da escola é muito importante neste momento, pois ela ainda representa no contexto da comunidade, um espaço de conhecimento – local em que as famílias depositam confiança/esperança para a formação e conhecimento dos filhos.

Neste sentido, entendo a educação do campo como uma bandeira de luta, talvez o primeiro lugar onde se deva plantar esta bandeira seja a escola na comunidade.

Articular as dimensões do desenvolvimento na perspectiva de um projeto (projeto é também movimento, instabilidade) deve buscar:

a) Terra, renda, crédito;

- b) Formação e conhecimento (informação sobre cooperação, ser sujeito para transformar nossa identidade, costumes, tradições, trabalho e legislação – direitos e deveres) tecnologias apropriadas.
- c) Profissionais: pessoas com conhecimento do assunto e que trabalham desde os problemas enfrentados;
- d) Lazer, cultura, mídia, juventude e família - investir em alternativas na comunidade, para jovens, mulheres, crianças, com bibliotecas e cinemas comunitários.
- e) Escola e sistema de ensino – PPP voltado para a educação do campo com a participação da comunidade, capacitação dos docentes, (rever os currículos);
- f) Saúde – doenças, medicina alternativa, convivência, alimentação.

A partir do exposto é possível recriar políticas públicas, exemplo que destacamos aqui é, por exemplo, uma política de saúde e não apenas contra a doença, que poderia ser articulada à formação das famílias e às escolas. Como esta mudança na política poderia se articular com as outras dimensões na prática social, provocando também uma articulação com as outras secretarias municipais, que poderia ficar assim:

- Educação: formação de professores, planos e conteúdos;
- Agricultura: Sementes, adubos, plantio (formação e acompanhamento técnico);
- Secretaria de saúde: Campanha da comunidade, famílias;
- Secretaria de Assistência Social: Ensinar a transformação dos alimentos em pratos que sejam aceitos pela cultura local.
- Secretaria da cultura: promover a visibilidade às comidas, costumes, jantãs, festas, entre outras dimensões e aspectos que podem ser recriados.

Para a problematização: Por onde começar a discussão? (todo projeto construído é em longo prazo, no mínimo três anos), surgiram as proposições.

- a) Conhecer as potencialidades e fragilidades do contexto para construir o projeto;
- b) Projeto: Juntar um grupo; Chamar representantes das organizações das comunidades;
- c) Comunidade organizada apresenta o projeto ao governo;
- d) Constrói políticas públicas que vão exigir a disputa de recursos.

e) Iniciar algumas ações combinadas coletivamente (pelas mais necessárias) com a possibilidade de realização concreta. Sempre lembrar de: Planejar; Construir acordos coletivamente (Formação, reflexão, convivência, paciência, resistência); Desenvolver o processo e avaliar.

f) Decidir por qual dimensão iniciar e encaminhar as atividades.

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA INTERFACE COM O ENSINO ESTADUAL.

Coordenadoras: Maria Isabel Farias e

Rosimare Donassolo Correa do Santos

Objetivo: Propor um referencial político e metodológico para o sistema de ensino público estadual no Sudoeste do Paraná a ser implantado como referência pelo governo estadual, em parceria com a Articulação Sudoeste de Educação do Campo.

Relatório:

- Apresentação individual;
- Discussão sobre o que é escola do e no campo;
- É necessário buscar conhecimentos e quebrar regras no sentido de conquistar os professores e envolver a comunidade na efetivação da educação do campo;
- Associar educação as vivencias do sujeito ao conhecimento científico que é indispensável - novas abordagens metodológicas;
- Considerar os valores morais sociais, religiosos, econômicos etc.
- É necessário um melhor aprofundamento teórico e metodológico sem deixar de priorizar os conteúdos básicos.
- Envolver - se com as práticas interdisciplinares com a educação do campo e não ser conteudista, trabalhar o conteúdo por trabalhar – cumprir planejamento.
- Conceito de educação do campo: entender que a escola do e no campo não é somente as práticas do cotidiano, vivenciadas e inseridas na sala de aula, mas sim, fazer concomitante aos saberes e conhecimentos necessário;
- Superação de preconceitos que inferiorizam e não priorizam os sujeitos e suas especificidades;

- Quais são as necessidades de nossas crianças, adolescentes, jovens do campo.
- Fazer um trabalho de resgate histórico-social das famílias valorizando o trabalho no campo mostrando as inúmeras possibilidades de permanência e sucesso no campo;
- Quanto a problemática da rotatividade dos professores nas escolas do campo, e necessário construir políticas que dêem garantia de continuidade de seu exercício na escola, pois a rotatividade prejudica a construção da identidade da escola do campo;- que seja considerado na distribuição das aulas, os professores que tem formação, cursos, entre outros voltados para o ensino do e no campo;
- O movimento das organizações colegiais, que é uma construção contínua e não imediata, mas que é possível mobilização de propostas diferenciadas do trabalho do campo;
- É uma proposta de construção de um novo sujeito mostrar que no campo também possível o conforto social que se sonha para quem esta no campo,
- Escolas que estão voltadas para educação do campo têm preocupação em inserir conteúdos de acordo com a realidade do campo, sobre diversidade de produtos, recursos naturais, agro ecologia etc. que tenha incentivo e continuidade através de políticas que garantam as mesmas;
- Visão de que o campo é espaço de vida e de um povo que trabalha que tem conhecimentos, cultura, que é também um sujeito político e social, não de mão de obra barata voltadas ao agro negócio.
- Criar políticas públicas que garantam nossas reivindicações – permanência das escolas do campo, através da mobilização da comunidade e autoridades, junto aos NREs, evitando o fechamento das mesmas, evitando a nuclearização. Que seja criada uma lei para garantir a existência destas.
- Garantir e viabilizar recursos financeiros para a melhoria das estruturas das escolas e do transporte escolar;
- O que caracteriza o sujeito do campo é sua forma peculiar de lidar com a natureza, o trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico, a terra, seu relacionamento com familiares e vizinhança, suas festas, culturas e isto é necessário levar em consideração na elaboração das políticas voltadas aos sujeitos do campo;
- Superação da discriminação do sujeito do campo como lugar do atraso,
- Contribuir para a auto afirmação do sujeito valorizando sua história, sua identidade, seu jeito de ser e seus conhecimentos.

- É necessário recriar a história do sujeito do campo, que tão cruelmente foi esquecida e abandonada socialmente;
- Continuidade das capacitações, simpósios, grupos de estudo... aos professores para garantir uma melhor prática pedagógica do e no campo;
- Escola do campo, ser escola integral; - buscar parcerias com as entidades, movimentos sociais relacionadas ao campo; - que os professores acima de tudo acreditem e se identifiquem com o campo, afinal, você somente ama aquilo que você conhece.

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA INTERFACE COM O ENSINO SUPERIOR

Coordenador: Celso Ramos.

Objetivo: Propor um referencial político e pedagógico para o desenvolvimento da Educação do Campo no ensino superior e na formação de educadores e educadoras do campo.

O rural teria perdido consistência histórica e social? O povo do campo seria uma espécie em extinção? O fim do rural, uma consequência inevitável da modernização? A escola do campo teria que ser apenas um remédio da escola da cidade? Debate campo-cidade perpassa todas as reflexões da educação do campo, por muito tempo a visão que prevaleceu na sociedade, continuamente majoritária em muitos setores, é a que considera o campo como lugar atrasado, do inferior, do arcaico.

Hoje, os professores saem dos bancos escolares, dos cursos de Licenciatura, sem ter estabelecido qualquer discussão sobre o modo de vida camponês, pressupondo que o modo de vida urbano prevalece em todas as relações sociais e econômicas brasileiras. Da mesma forma, a maioria dos cursos de formação continuada deixa de valorizar a educação do campo.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia

disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país.

Iniciativas das Universidades em parcerias com os movimentos sociais precisam ser valorizadas pelo poder público, pois partir delas a formação inicial e/ou continuada poderá ser incrementada, pela difusão de conhecimentos que permitam aos professores valorizar o campo e a cultura dos povos do campo no Brasil. Também, a atitude de disposição por parte do professor precisa estar manifesta. É necessário que ele seja sujeito do processo pedagógico, sinta-se sujeito, queira ser sujeito.

Os relatórios permitiram um debate segue abaixo a posição de cada entidade:
Experiência da UNIOESTE – Preconceitos – embates internos.

Mais forte em relação ao MST. A Universidade precisa se abrir – A questão do campo tem muito a contribuir. Curso de Pedagogia da Unioeste – regime de alternância. As Universidades tem olhares preconceituosos como também as organizações têm em relação a esta. Grupo pequeno que não consegue fazer frente – disputas políticas internas – com isso não se consegue criar uma política interna – questões burocráticas. A radicalização em relação às tecnologias. As Universidades e movimentos devem em parcerias ter um novo olhar sobre o conhecimento e a apropriação destes.

Segundo a Vizivali falta de espaço nos cursos de pedagogia não há uma disciplina dentro dos cursos de pedagogia.

Como contemplar a LDB nos cursos voltados para as escolas do campo? Vários fatores precisam ser levantados para que as políticas públicas sejam implantadas. A Universidade está colocando em segundo plano a educação do campo. A teoria e prática estão dissociadas. Nas faculdades de educação, a concepção de mundo que prevalece é a lógica neoliberal. O processo de formação do sujeito é discutido na perspectiva neoliberal. A lógica da educação do campo implica numa ruptura com a concepção de educação vigente; Formação de professores e área de desenvolvimento humano e aprendizagem numa perspectiva endógena. Não se leva muito adiante as discussões internas dentro da Universidade. Segundo os opositores o processo é natural, o campo

deve se ajuntar a lógica de desenvolvimento.

Para a Ufpr construiu-se um curso em parceria com a ARCAFAR sobre Pedagogia da alternância e Desenvolvimento Sustentável – Grupo pequeno de professores que discutem este modelo. Não existe uma política das instituições.

Algumas questões que dificultam a implantação:

- A estrutura de faculdade desobriga a instituição. Esta está voltada ao processo de ensino. Não existe uma proposta política.
- A formação dos profissionais – as concepções, consciência crítica. Apenas instrumentaliza.
- A criação de instrumentos – o caráter do curso dá conta dessa concepção?

Para a questão: Onde queremos chegar o que vamos fazer? Como apresentar propostas de forma a contemplar esta concepção?

Surgem as possibilidades de se buscar um outro projeto de sustentabilidade com o questionamento de como construir política pública com recursos para esta pesquisa. Os debates propiciam a compreensão que existem especificidades com relação a educação do campo. Aporte de recursos – ex. CFRs – Quem financia? Educação está atrelada a determinadas concepções de mundo. Muito se discute e se age pouco –

Formação de outros profissionais de diferentes áreas A educação do campo é um processo em construção. Uma política deve financiar a nova concepção de forma a inverter a lógica do capital.

Surgiram comentários quanto a comunidade de São Francisco do Bandeira: Trabalha interdisciplinar - Proposta pedagógica diferente baseada no tema gerador, no entanto falta de políticas de apoio.

Surgem encaminhamentos:

- Nos eventos relacionados com a educação do campo – trazer experiências no âmbito da produção alternativas (Agroecologia) – ex. Festa das sementes;
- Pequenos seminários para preparação para o Seminário maior;
- Trabalhar a prática pedagógica no contexto do campo – Cursos de especialização – Cursos com agricultores – baseada na experiência da Jacutinga de Francisco Beltrão;

- Inserção da concepção de educação do campo nos cursos de Licenciatura, bacharelado;
- As Universidades comecem a desenvolver projetos de educação continuada ;
- Constituição de grupos de pesquisa interinstitucional;
- Observatório de educação do campo composto por várias instituições públicas e particulares;
- Aproveitar os editais e construir novas propostas político-pedagógicas, criação de cursos numa nova concepção;
- Disciplinas de nível superior ser trabalhada por profissionais de diferentes áreas;
- Proposição de cursos de Mestrado em médio prazo por um grupo interinstitucional;

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA INTERFACE COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Coordenadoras: Ivete Bianchini - STR e

Nadia Scariot - INFOCOS

Objetivo: Construir elementos de referência política e pedagógica para o desenvolvimento de experiências em educação do campo, no âmbito dos programas de formação das entidades, organizações e movimentos sociais.

O ato de educar perpassa todas as sociedades, porém a forma como ele acontece pode ser, e se dá, de diferentes formas: informal, por meio das aprendizagens que fazemos no cotidiano; formal, centrado nas escolas tradicionais, mediante currículos predeterminados, e não-formal, em que o processo educativo é estabelecido a partir das necessidades de um determinado grupo. É neste espaço de educação que emerge a Educação do Campo feita pelos movimentos e organizações sociais, como um movimento de resistência às práticas educacionais vigentes, atualmente, na sociedade do capital.

Devido à emergência do sistema capitalista e, conseqüentemente, a necessidade

de elevar seus níveis de produção, a escola tradicional passou a desempenhar, em nome da ciência, o papel de "formadora de profissionais", preparados apenas para atenderem as demandas do mercado, em detrimento de tantos outros conhecimentos, principalmente das áreas humanas e ambientais.

Há pouco mais de uma década, em 1997, no I ENERA – Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – passou-se a discutir um modelo de educação mais apropriado às populações que vivem no campo, problematizando o modelo atual que retira do campo crianças e jovens, levando-os para estudar na cidade, à procura dos supostos conhecimentos científicos. Conhecimentos dissociados da realidade do campo, que fazem com que ao término das etapas obrigatórias de estudo os educandos estejam encantados com as *benesses* oferecidas pela cidade, não querendo mais permanecer no campo. Migram para as cidades mesmo que seja para disputar uma vaga no mercado de trabalho, ocasionando, dessa forma, um visível processo de envelhecimento da população do campo e seu esvaziamento, além de reforçar, mesmo que de forma implícita, a idéia de que o campo é lugar de atraso.

Diante disto, se faz necessário problematizar o papel desempenhado pela educação, até então, e este tem sido o desafio enfrentado pelos diversos movimentos e organizações sociais em relação à educação do campo. É preciso que a educação do campo esteja voltada a atender os anseios e necessidades dos que nele convivem, mostrando que é possível viver dignamente nele e dele. Não se trata, todavia, de defender uma visão idealizada e romântica da vida no campo, mas sim, de criar condições efetivas de valorização do campo, para que no mesmo possa ser produzido, além das condições materiais de vida, um espaço de discussões das necessidades reais dos que nele convivem: um lugar de viver, estudar e produzir com autonomia e planejamento.

Assim, é preciso nos questionar sobre os seguintes pontos: Como as organizações e movimentos sociais têm desenvolvido suas práticas formativas? Estas práticas têm como de partida a realidade de seus sujeitos?

Ao construir o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas é necessário conhecer a realidade do local, valorizar o crescimento intelectual de cada um, inclusive na simplicidade; as demandas de formações precisam ser construídas a partir das necessidades que as pessoas têm. Entretanto, para que ocorram as ações de formação é preciso constituir um processo de percepção destas necessidades por parte do agricultor familiar. E isto realmente é lento, não é imediato.

Temos uma série de formações e cursos que nossas instituições tem feito, entretanto é preciso garantir que os agricultores estejam à frente delas, não permitindo que outros setores e profissionais escolham por nós.

Outro questionamento é: Como as entidades e movimentos sociais podem garantir uma política pública de Educação do Campo que seja adequada a sua realidade e focada nos seus sujeitos?

Construir propostas políticas com a participação das pessoas que realmente vão se servir desta realidade, ou seja, a Agricultura Familiar. Cabe as lideranças comunitárias garantir que a educação que constrói sujeitos esteja integrada à realidade local, com as atividades de maneira informal, no cotidiano, não somente na escola.

A realidade e a pressão que nós faremos é que mudará as leis, pois não encontramos até hoje um ambiente favorável. Eles acontecem pelas pressões que sempre fazemos. Assim, é necessário manter-se firme nas iniciativas, incluir os debates nos municípios, agregando as comunidades, realizando seminários municipais. O Seminário Regional de Educação do campo que vem acontecendo a cada dois anos pode passar a anual. É preciso que as entidades incluam em sua pauta o debate sobre educação não-formal e busquem maneiras de torná-la uma prática efetiva. Incentivar as famílias que vivem no campo a debaterem sobre sua realidade; Realizar debates com profissionais da área da psicologia, por exemplo, para entender toda a problemática da construção do sujeito a partir da infância, para compreender a realidade da Agricultura Familiar, demonstrar como o agricultor familiar consegue construir a educação.

O grupo questionou sobre os referenciais políticos que devem ser inseridos nos processos formativos, desenvolvidos pelas entidades e movimentos sociais, a fim de construir sujeitos do desenvolvimento. As experiências apresentadas mencionaram as seguintes experiências: ECAs – Escolas Comunitárias do Campo -, Formação de Jovens - Encontros oferecidos em décadas anteriores pelas Igrejas -, Pós-médio em Agroecologia – realizado pela ASSESOAR -, Curso de Cooperativismo – INFOCOS e CRESOL, Terra Solidária, Pós em Educação do Campo, entre outras. Atividades que incluem a Pedagogia da Alternância, proporcionando aprendizados mais incluídos. Incentivar a cooperação, colaboração, construção coletiva com os agricultores familiares. Apresentar nossas propostas aos representantes eleitos, para que colaborem na implantação das políticas públicas. Com relação a como transformar estas experiências em referências para as políticas públicas percebe-se a necessidade de algumas ações; constituir comitê político para, junto às SEEDs, construir políticas públicas para a Educação do Campo; buscar o reconhecimento dos saberes via certificação de organizações que estão cadastradas ao MEC.

A expansão destas idéias passa pela ampliação das experiências nos seminários dos municípios. Onde as pessoas podem conhecer estas experiências e torná-las mais próximas e conscientes à proposta; É preciso que as experiências sejam conhecidas pela sociedade, por meio de seminários, congressos, etc. e também divulgadas pelas universidades. Aproveitar as oportunidades que estão construídas a partir do governo atual; Participar das conferências municipais (saúde, educação, etc.) para incluir estas propostas; Buscar construir relações com as universidades para que as pesquisas estejam voltadas à nossa realidade, inclusive de metodologia, discutindo com as entidades que representam a Agricultura Familiar, no caso da região Sudoeste: UTFPR, Unioeste, Vizivali, Famper e outras.

Participaram desta oficina: CEFFAS – Casa familiar Rural, NRE Umuarama; COOPAFI, STR, INFOCOS, UTFPR, trabalhadores da Agricultura Familiar, CRESOL: Diretores, Coordenadores do Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento da CRESOL, Educadores do Curso de Gestão em Desenvolvimento com Ênfase em

Cooperativismo; INFOCOS; Sindicatos de Trabalhadores Rurais STR, Instituto de Direitos Humanos e Meio Ambiente.

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA INTERFACE COM A JUVENTUDE.

Coordenadores: Solange Todero Von Onçay e
Airton Luis R. Freire.

Considerações do grupo:

Educação, que temos incentiva o jovem sair do campo, é voltada para a indústria, ao urbano, as profissões urbanizadas.

O êxodo rural ainda está presente. O jovem continua saindo da campo para estudar e não retorna. O Campo ainda é carente das principais políticas públicas que se localizam na cidade coma justificativa que o campo é esvaziado de gente.

A revolução verde, a modernização conservadora produziu um imaginário que ficar no campo, sem assumir o projeto de modernidade é ser atrasado.

A educação mesmo no campo urbanizava as pessoas com idéias e conteúdos urbanizados. A nuclearização não fechou só a escola, esvaziou também o sentido das comunidades do campo. As escolas foram retiradas do campo, esvaziando o campo.

A juventude não tem a compreensão do termo A.F. Campesinato. Tem muitos pequenos com cabeça de grandes.

A juventude do campo precisa ser sujeito da historia e protagonista do processo, de mudança do campo dando a ela seu próprio projeto de vida.

A juventude não discute a educação do campo, nem a ausência da mesma. O que aparece é o debate do transporte para o acesso.

Retomar o papel da Assesoar no debate e ações da educação do campo, e exemplo da escola Paulo Freire e demais debates da educação junto aos movimentos, entidades segmentos parceiros.

O papel da Assesoar no debate e as ações da educação do campo, e exemplo da escola Paulo Freire (Assentamento Missões) e demais debates da educação junto aos movimentos, entidades segmentos parceiros.

Relação familiar, falta incentivo para a permanência do jovem na A.F. Há muita dificuldade de contemplar os anseios dos jovens no orçamento familiar e no debate da mesma. O jovem está imerso em uma cultura de urbanização e consumismo, não valorizando as coisas do seu mundo, ainda percebendo-a como atrasada, cuja modernização é assumir o proposto pelo agronegócio.

As dimensões que a educação do campo deve abranger o debate do campo de forma mais ampliada. Ex: auto - consumo, concepção de vida, qualidade de vida, influência da propaganda e do agronegócio, relações de cooperação como forma de viabilização econômica e de humanização.

O agricultor pequeno pensa grande, assume a postura do agronegócio, não é sujeito de si, e não tem tido autonomia para fazer seu planejamento de vida. Falta política agrícola para os agricultores familiares.

Faltam políticas públicas (estrada, educação (infra-estrutura), lazer, saúde e etc.) As políticas se concentram no espaço urbano com a justificativa que no rural não tem gente, desmotivado e esvaziando ainda mais este espaço. As fontes de pesquisa são voltadas para o agro negócio. Assim, falta pesquisa para a A.F. para o avanço da agro ecologia.

É comum, os jovens irem para a cidade para terem um salário, porém não conseguem nem se manter buscam a alimentação com a família no interior. Desraigados, assumem a cultura urbana e muitos se perdem.

Para o campo ter saída é preciso que sejamos sujeitos na construção e na organização deste espaço. O acesso a terra, a viabilidade da A.F. a trajetória de luta já feita, a concepção camponesa podem nos dar subsídios.

A agregação de valores pelo domínio da cadeia alimentar, as relações de

cooperação poderiam ser a saída para a viabilidade econômica.

O jovem precisa ter a possibilidade de construir seu projeto de vida. Poder sonhar, de ter qualidade de vida, imaginar constituir uma família no campo.

Criar momentos de lazer no campo para que a juventude permaneça no campo. Resgate e resignificação cultural, promovendo uma relação saudável entre o rural e urbano.

Muitos jovens saem do campo para dar continuidade ao estudo. No campo ter acesso a todos nos níveis de educação.

Construir um sistema de ensino que não diferencie o jovem estudante do campo ou da cidade.

No currículo escolar, que exista uma abertura para problematizar a realidade, seja do campo ou da cidade. Que as questões da prática social, das condições de vida sejam tematizadas na escola, transformando-se em ponto de partida e de chegada para seus sujeitos. Ainda que se considerem os reflexos destas questões para as pessoas que vivem na cidade.

A escola, aberta a comunidade, pode, ao problematizar a realidade, vincular o debate junto a outros Atores, (organizações, associações) construindo proposições concretas para o campo.

É preciso discutir e problematizar as questões do campo e da cidade de maneira integrada, enfatizando as relações humanitárias, ambientais e de cooperação como forma de viabilização econômica.

Que o projeto Educação de nível médio do campo do Colégio São Francisco do Bandeira, que tem momentos de práticas que envolvem desde o levantamento de temáticas pertinentes ao jovem do campo até das execuções das mesmas, sendo esta prática integrada aos conteúdos curriculares, se estenda para as demais escolas e níveis escolares.

Que todas as escolas do campo e da cidade tenham uma educação de qualidade que aborde e discuta temas da realidade local, partindo da realidade e voltando a ela com novas proposições.

Que a escola se abra para a comunidade, problematizando o contexto do campo, fomentando novas relações e alternativas para a comunidade.

Que o campo possa ser um espaço que permita construir um projeto de vida familiar que contemple os anseios de toda a família.

Trabalhar as dimensões política, social, econômica, cultural... Para isso, é preciso reavivar valores, firmando raízes, resignificando as relações, valorizando as especificidades de cada contexto. No aspecto político, é o debate, o encontro, a discussão que poderia fazer com que os próprios jovens buscassem saída, politizando-se e encontrando alternativas. Na dimensão econômica as relações de cooperação, o cooperativismo, poderiam dar outros componentes e abrir algumas possibilidades.

Quanto ao ensino superior, o acesso é necessário para os jovens do campo. Precisamos forjar os instrumentos de democratização, acesso e intervir nos cursos dando a linha política. Buscar junto a universidade espaço para construir cursos a partir de nossas necessidades seria outra possibilidade. Universidade pública ser prioritariamente para setores populares.

O poema (apêndice 04) e a Carta de Linha São Paulo (apêndice 05), fazem parte deste material.

APÊNDICES

APÊNDICE 01: Folder do seminário

História da Educação do Campo

Desde 1997 vem sendo debatida a necessidade de uma nova forma de compreender e fazer a educação que tenha como ponto de partida a realidade do campo e dos povos do campo. Esses povos do campo, formados pelos agricultores familiares, camponeses, quilombolas, índios e outros, querem que a educação seja adequada à sua realidade, olhando o mundo e a sociedade a partir de sua maneira de pensar, de sua cultura e da sua forma de viver.

Esse debate sobre a Educação do Campo começou em 1997, com a realização do 1º Encontro Nacional de Educação da Reforma Agrária, que aconteceu na cidade de Luziânia, perto de Brasília.

No Sudoeste esse debate também começou a partir desse ano. Para coordenar esse debate foi organizada a Articulação Sudoeste de Educação do Campo, formada pelas organizações, entidades e movimentos populares preocupados com o debate da educação em nosso território.

Esse debate não aconteceu de forma isolada no Sudoeste. Esteve sempre articulado com o debate no Paraná e no país.

Neste ano de 2008, no debate do Território Sudoeste do Paraná no processo de revisão e aprofundamento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e na definição de sua política de desenvolvimento territorial, a Articulação Sudoeste de Educação do Campo foi reconhecida como espaço para o debate da educação, constituindo-se assim como Câmara Temática do Território.

Inscrições até dia 02 de Novembro, nos seguintes endereços:

- No site da FAMPER - www.famper.com.br
- Assessor Francisco Beltrão (46) 3524-2488
- Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos (46) 3581-5156
- Secretaria Municipal de Educação de Ampére (46) 3547-1674
- Conta Corrente: Banco do Brasil - Ag. 0616-5 - C/C 34009-X (Assessor)

Observação:

O custo da Inscrição é de R\$ 40,00 incluindo alimentação e certificação.

OBJETIVOS:

Objetivo Geral

Fortalecer as Políticas Públicas de Educação do Campo no Sudoeste Paranaense, através de processos articulados envolvendo Entidades, Organizações e Movimentos Sociais do Campo, Sistemas de Ensino Públicos Municipais e Estadual, Universidades Públicas, Comunitárias e Privadas, tendo como espaço constituído de debates coletivos as Articulações Sudoeste e Paranaense de Educação do Campo e como fundamento as diretrizes de Educação do Campo para a formação de sujeitos do desenvolvimento e da transformação do campo.

Objetivos específicos

- Elaborar um referencial político e pedagógico para disseminação da Educação do Campo nos Sistemas Municipais de Ensino no Sudoeste do Paraná, a partir das diretrizes da Educação do Campo.
- Propor um referencial político e metodológico para o sistema de ensino público estadual no Sudoeste do Paraná a ser implementado como referência pelo governo estadual, em parceria com a Articulação Sudoeste de Educação do Campo.
- Construir elementos de referência política e pedagógica para o desenvolvimento de experiências em educação do campo no âmbito dos programas de formação das entidades e organizações, movimentos sociais.
- Propor um referencial político e pedagógico para o desenvolvimento da Educação do Campo no ensino superior e na formação de educadores e educadoras do campo.
- Estabelecer uma agenda e uma dinâmica para fortalecimento das Articulações de Educação do Campo no Sudoeste e no Paraná.

III SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

• CONSTRUINDO SUJEITOS
• FORTALECENDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Data: 06 e 07 de Novembro - 2008
Local: Centro Comunitário Linha São Paulo - Ampére - PR

Promotores: Articulação Sudoeste "Por Uma Educação do Campo"
Apoio: SEAB GOVERNO DO PARANÁ

PROGRAMAÇÃO

Dia 06 de novembro de 2008	
08h30min	Acolhida e Credenciamento
10h	Abertura oficial com mística; Composição da mesa
10h30min	Contexto do Sudoeste e a relação com a Educação do Campo: Valdir Duarte (Assessor)
12h	Almoço
13h30min	Mesa Redonda sobre A Educação do Campo: Possibilidades e limites na implementação de suas Diretrizes nas diversas esferas. Painelistas: Afonso Nunes Prestes (SME Fco Beltrão), Representante do MST, Representantes do SEED/Ed. Campo, MEC/SECAD.
16h - 16h15min	Intervalo
16h15min - 17h30min	Debate
19h	Jantar
20h - 22h	Noite cultural
Dia 07 de novembro de 2008	
08h	Abertura das atividades com mística
08h30min - 11h30min	Oficinas Temáticas Serão trabalhadas 04 oficinas que debaterão a Educação do Campo na Interface com:
Oficina 1	Ensino Municipal
Oficina 2	Ensino Estadual
Oficina 3	Ensino Superior
Oficina 4	Entidades e Organizações Sociais Populares do Campo.
Oficina 5	Juventude
Cada oficina deve produzir - gerar - proposições para fortalecer a política pública da Educação do Campo e ver como implementar nos seus espaços.	
12h	Almoço
13h30min	Abertura da tarde com mística.
13h45min	Exposição das conclusões das oficinas e debate com aprovação do documento final do Seminário
15h30min	Mística Final
16h	Encerramento do evento

APÊNDICE 02**AUTORIDADES PRESENTES NA ABERTURA DO SEMINÁRIO**

APÊNDICE 03

REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS OFICINAS



APÊNDICE 04**POEMA****CAMPO DOS NOSSOS SONHOS**

Airton Luis Freire

Quero ver o nosso campo
Com os direitos preservados,
E que esteja amparado
Pelas leis do meu estado.

O campo é um lugar de vida,
E não um lugar de extinção
Quero te ver prosperando
Com uma nova educação.

Quero ver as crianças ,
Brincando de amarelinha
Andando pelas estradas,
E ouvindo o cantar das andorinhas.

O campo deve ter
Sua própria educação
Que todo sujeito tenha direito
De ter um pedaço um pedaço de chão

APÊNDICE 05

CARTA DE LINHA SÃO PAULO

CARTA DO III SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

O III Seminário Regional de Educação do Campo, organizado pela Articulação Sudoeste de Educação do Campo, realizado nos dias 06 e 07 de novembro de 2008 na Linha São Paulo, município de Ampére, inserido no debate que busca a construção e a implementação da Educação do Campo enquanto Política Pública apresenta:

Seus Princípios:

1. As Cartas elaboradas pelos Seminários devem ser colocadas como orientadoras nos processos de negociação com as instituições públicas e privadas;
2. O campo concebido como espaço de vida;
3. Continuidade e superação da fragmentação do conhecimento;
4. Educação como processo solidário;
5. Considera-se os povos do campo como sujeitos históricos;
6. Propõe uma Educação pública gratuita e de qualidade;

Os elementos orientadores para a ação da Articulação Sudoeste de Educação do Campo

- Sistematização, publicação e divulgação das experiências em educação do campo, buscando viabilizá-las através de parcerias com o poder público e as organizações sociais;
- Busca de recursos nos orçamentos municipais, estadual e federal para custeio da viabilização das experiências, intercâmbios, seminários, eventos estudantis.
- Criação de espaços e processos como instrumentos para debate e comunicação das experiências, como congressos, seminários e redes de organizações e pessoas.

- Vinculação das escolas nos processos de mobilização social.
- Fortalecimento dos espaços organizativos da Educação do Campo.
- Participação nos processos de desenvolvimento territorial coordenados pelo Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná.

A educação do campo e seus sujeitos

É preciso levar em consideração, na elaboração das políticas voltadas ao campo, que seu sujeito se caracteriza pela sua forma peculiar de lidar com a natureza, pela forma de organização do trabalho, pela relação com a terra, com familiares e a vizinhança, pelas suas festas e pela sua cultura.

O campo é espaço de vida de um povo que é sujeito político e social. Por isso, todo o processo deverá ser estruturado com sua participação e a partir de sua realidade.

Políticas propostas para o Estado do Paraná

Em relação ao Sistema Estadual de Ensino se propõe ao Governo Estadual a estruturação de uma referência em educação do campo nas escolas do campo no Sudoeste do Paraná a partir das experiências já desenvolvidas nas escolas estaduais, nos movimentos sociais e nas organizações do campo.

O processo proposto se estrutura a partir da realização de convênios entre o Governo Estadual, através da Secretaria de Estado da Educação, e as organizações sociais do campo e as Universidades participantes da Articulação Sudoeste de Educação do Campo.

Se propõe, também, a permanência das escolas do campo, com adoção de período integral, nuclearização somente intra-campo e melhoria das estruturas das escolas e do transporte escolar.

Associada a isso se faz necessária uma política de apoio à permanência dos professores nas escolas do campo com valorização da formação específica para a educação do campo.

Aprofundamento dos processos de formação e capacitação dos educadores do campo, de caráter continuado e permanente, através de

simpósios, grupos de estudo e outros processos formativos, preferencialmente a partir de parcerias com as universidades e organizações sociais populares.

Ensino Municipal do Campo

Propõe-se a adoção da Política Pública de Educação do Campo em todas as escolas do e no campo dos sistemas Municipais de Ensino no Território Sudoeste do Paraná, tomando como base o conjunto das Diretrizes geradas pelo Ministério da Educação e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e as experiências sistematizadas pelos Movimentos e Organizações Sociais do Campo, avançando para a constituição de um conjunto de diretrizes para a Educação do Campo nos Municípios a partir da articulação entre as Secretarias Municipais de Educação, a Articulação Sudoeste de Educação do Campo e o Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná.

Compreendendo o papel da Educação como formadora de cidadãos preparados para gerar a transformação social e o desenvolvimento, este III Seminário Regional de Educação do Campo propõe a realização de um processo de construção da Educação do Campo nos municípios a partir do conhecimento da realidade local, da participação das comunidades, das organizações populares do campo, dos educadores, dos educandos e do poder público municipal, tendo como fundamento uma concepção multidimensional do desenvolvimento local e territorial.

Recomenda-se a organização de um espaço de debate regional com participação das Secretarias Municipais de Educação, da Articulação Sudoeste de Educação do Campo e do Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná para debate, fundamentação e concepção do processo territorial.

As Universidades e a Educação do Campo

O desafio do Ensino Superior é construir sujeitos que saibam se organizar para atuar na sociedade de forma transformadora. Isso define o papel político e educativo das universidades e faculdades.

Outro desafio é assumir o campo como sujeito do desenvolvimento e da educação, a alternância como componente do método da educação do campo e superando a dissociação entre teoria e prática que marca sua ação.

A educação do campo é um processo em construção. É uma concepção de educação que rompe com a lógica do capital e que tem sua proposta pedagógica assentada no Tema Gerador. As universidades precisam debater e construir propostas político-pedagógicas e cursos assentadas nas diretrizes da educação do campo, incorporando esses fundamentos metodológicos.

As universidades e faculdades são desafiadas, também, a inserir a concepção de educação do campo nos cursos de Licenciatura e Bacharelado, a exemplo da inserção de conhecimentos e práticas pedagógicas nos cursos que formam profissionais para atuar no espaço do campo.

A Articulação Sudoeste de Educação do Campo incentiva as iniciativas de parceria entre as Universidades e os movimentos sociais, ao desenvolvimento de projetos de educação continuada, a constituição de grupos de pesquisa interinstitucionais, a constituição de observatório de educação do campo composto por várias instituições públicas e particulares e a implantação de cursos de especialização e mestrado a partir da estratégia de fortalecimento da educação do campo enquanto política pública.

Juventude e educação do campo

A juventude do campo presente no seminário propõe uma escola aberta para a participação da comunidade, que problematize a realidade do campo, proponha novas relações e alternativas para a comunidade a partir da reflexão sobre as práticas sociais. Que o campo seja um espaço de construção do projeto de vida familiar que contemple os anseios de toda a família.

O processo educacional, especialmente as escolas e universidades, tem o papel de formar sujeitos na construção e na organização social, de discutir e gerar tecnologia adequada e acessível, de incentivar a luta pelo acesso a terra e sua viabilização, gerando possibilidades de sonhar e de ter qualidade de vida. Os métodos e currículos tem o desafio de construir alternativas solidárias e de cooperação, espaços e momentos de lazer no

campo e de relações solidárias entre o o campo e a cidade. Os jovens pleiteiam e lutam pelo acesso a todos nos níveis de ensino, por currículos que construídos a partir das questões do campo, por processos educacionais que valorizem a vida no campo e seu sujeitos como construtores de sua própria história.

A partir destas propostas...

Os participantes do III Seminário Regional de Educação do Campo propõe que este documento sirva de referência, tanto pelos movimentos sociais quanto pelo poder público, nas negociações e debates para a formulação das políticas públicas para o campo, especialmente por ser expressão de um conjunto de vivências e representações do campo em sua permanente luta pela construção de uma educação transformadora para um sociedade mais humanizadora.